



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2026/SEASTER
PAE nº 2025/2909868

RESUMO



PROMOTOR

Estado do Pará | SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO, EMPREGO E RENDA - SEASTER

CNPJ nº 08.995.816/0001-04



OBJETO

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de preparo e fornecimento de alimentação para atender as demandas dos abrigos de idosos vinculados à SEASTER, com a utilização e administração integral das estruturas próprias das cozinhas dos abrigos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.



MÉTODO DE DISPUTA

- ☒ Aberto
- ☐ Aberto e fechado
- ☐ Fechado e aberto



CRITÉRIO DE JULGAMENTO

- ☒ Menor preço
- ☐ Maior desconto



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA



ENTREGA/EXECUÇÃO DO SERVIÇO

Forma

O serviço terá início imediato a partir da assinatura do contrato, contudo a prestação poderá estar sujeita à emissão de ordem de serviço pelo fiscal do contrato.

Prazo

Local

Informações detalhadas no Termo de Referência contido no anexo deste edital.

VALOR TOTAL ESTIMADO

R\$ 4.877.326,80



REAJUSTE

Índice

☐ IPCA

☐ INCC

☐ Outro: (sigla)

☐ INPC

☒ IGPM

Período

À contar de **05/05/2026** (data do orçamento estimado)

PAGAMENTO

Forma

Ordem bancária.

Prazo

30 dias corridos, a contar do recebimento da nota fiscal ou fatura atestada pelo fiscal do contrato.



ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

Data

17/06/2026

Hora

08:00



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA

REGULAMENTO DA COMPETIÇÃO

CLÁUSULA 1

Promotor do pregão

O PROMOTOR deste pregão é o **ESTADO DO PARÁ**, por intermédio de **SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA – SEASTER**, CNPJ nº 08.995.816/0001-04, com sede na Avenida Governador José Malcher, n. 1018, Bairro Nazaré. Belém-Pará. CEP: 66.055-260, neste ato representado pelo Sr. **Inocencio Renato Gasparim**, Secretário de Estado.

CLÁUSULA 2

Fundamento legal

A presente licitação será realizada por meio de **PREGÃO ELETRÔNICO** e observará a Lei Federal nº 14.133/21, Decreto Estadual nº 2.940/23, Decreto Estadual nº 2.939/2023, Lei Estadual nº 8.417/2016, Lei Complementar Federal nº 123/06, demais normas aplicáveis e as condições estabelecidas neste Edital.

CLÁUSULA 3

Objeto

3.1 Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de preparo e fornecimento de alimentação para atender as demandas dos abrigos de idosos vinculados à SEASTER, com a utilização e administração integral das estruturas próprias das cozinhas dos abrigos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos, conforme o Termo de Referência (Anexo I do edital)

3.2 Os serviços a serem licitados são os seguintes itens descritos no TR:



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA

ITEM	TIPO DE DIETA	MEDIDA	QTD ANUAL	PREÇO MÉDIO UNITÁRIO	PREÇO MÉDIO TOTAL ESTIMADO ANUAL
1. DESJEJUM					
1.1	DESJEJUM (dieta livre e branda): 1- Café com ou sem açúcar ou adoçante; 2- Leite integral, ou chá; 3 - Pão ou torrada ou biscoito ou bolo ou tapiquinha com manteiga; 4. Manteiga com ou sem sal, ou geleia de frutas; 5. Queijo do tipo minas, prato ou cremoso; 6. Fruta.	UND	11520	R\$ 15,46	R\$ 178.099,20
1.2	DESJEJUM (dieta pastosa e líquida pastosa): 1. Café com ou sem açúcar ou adoçante; 2. Leite integral ou desnatado, ou chá; 3. Mingau com ou sem açúcar; 4. Pão massa fina ou bolo; 5. Manteiga com ou sem sal, ou geleia de frutas; 6. Queijo do tipo minas, prato ou cremoso; 7. Fruta.	UND	15120	R\$ 14,04	R\$ 212.284,80
1.3	DESJEJUM (Dieta hiperprotéica e/ou hipercalórica): 1. Café com ou sem açúcar ou adoçante; 2. Leite integral ou desnatado ou iogurte; 3. Pão ou torrada ou biscoito ou bolo; 4. Manteiga ou geleia de frutas ou ovos ou requeijão; 5. Queijo do tipo minas, prato ou cremoso; 6. Fruta ou banana frita.	UND	3600	R\$ 14,07	R\$ 50.652,00
1.4	DESJEJUM (Dieta especial: branda para diabetes, branda hipossódica, branda hipocalórica): 1. Café com adoçante; 2. Leite desnatado ou chá; 3. Pão integral, ou francês, ou massa fina, ou torrada integral ou biscoito integral ou tapioca / linhaça / chia ou cuscuz; 4. Manteiga com ou sem sal, ou geleia de frutas sem açúcar ou adoçante; 5. Queijo com ou sem sal do tipo minas; 6. Fruta crua ou cozida.	UND	10800	R\$ 14,21	R\$ 153.468,00
1.5	DESJEJUM (Dieta Imunodeprimido): 1. Café com ou sem açúcar; 2. Leite pasteurizado e fervido ou iogurte em embalagem individual; 3. Biscoito ou torrada em embalagem individual; 4. Manteiga em embalagem individual ou	UND	720	R\$ 14,07	R\$ 10.130,40



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA

	geleia de frutas em embalagem individual; 5. Queijo do tipo minas, prato ou cremoso em embalagem individual; 6. Fruta cozida.				
1.6	Desjejum (Dieta Sem lactose e Glúten): 1. Café com ou sem açúcar ou adoçante; 2. Leite sem lactose ou leite de soja com ou sem açúcar ou suco de fruta com ou sem açúcar ou chá; 3. Biscoito sem glúten (doce ou salgado) ou tapioca ou cuscuz de milho ou arroz ou tubérculos (cozido ou assado); 4. Creme vegetal ou geleia de fruta; 5. Fruta.	UND	1440	R\$ 14,07	R\$ 20.260,80
TOTAL ANUAL			43200		R\$ 624.895,20
2. COLAÇÃO					
2.1	Colação (dieta livre e branda): 1. Suco de fruta ou leite ou mingau ou fruta ou salada de fruta ou frapê, Biscoito ou torrada	UND	11520	R\$ 13,31	R\$ 153.331,20
2.2	Colação (dieta pastosa e líquida pastosa): 1. Suco de fruta ou leite ou vitamina de fruta ou mingau ou fruta macia	UND	15120	R\$ 12,77	R\$ 193.082,40
2.3	Colação (dieta hiperprotéica e/ou hipercalórica): 1. Vitamina de fruta ou iogurte ou mingau ou suco de polpa de fruta ou fruta; 2. Biscoito ou torrada; 3. Manteiga ou Geleia de fruta.	UND	3600	R\$ 12,59	R\$ 45.324,00
2.4	Colação (Dieta Especial: Branda para diabetes, Branda Hipossódica, Branda Hipocalórica): 1. Suco de polpa de fruta com ou sem açúcar ou adoçante ou leite ou Mingau ou fruta; 2. Biscoito integral ou torrada integral.	UND	10800	R\$ 12,59	R\$ 135.972,00
2.5	Colação (Dieta Imunodeprimido): 1. Leite pasteurizado e fervido com frutas cozidas liquidificadas ou iogurte em embalagem individual ou suco pasteurizado em embalagem individual ou fruta cozida; 2. Biscoito ou torrada em embalagem individual.	UND	720	R\$ 12,59	R\$ 9.064,80
2.6	Colação (dieta sem lactose e glúten): 1. Leite de soja ou leite sem lactose ou suco da polpa de fruta ou fruta; 2. Biscoito sem glúten ou cuscuz de milho / arroz, ou tubérculos (cozidos ou assados), ou tapioca; 3. Creme vegetal	UND	1440	R\$ 12,59	R\$ 18.129,60
TOTAL ANUAL			43200		R\$ 554.904,00



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA

3. ALMOÇO					
3.1	Almoço (dieta livre e branda): 1. Salada de vegetais; 2. Arroz; 3. Feijão; 4. 2 (dois) tipos de proteína: carne bovina sem osso ou ave sem osso ou fígado ou filé de peixe em preparações variadas; 5. Sopas variadas (carne, canja, ervilha, lentilha, feijão); 6. 1 (um) tipo de guarnição: farofa, farinha ou macarrão ou pirão ou polenta ou purê ou vegetais cozidos ou refogados; 7. 1 (um) tipo de sobremesa: doce cremoso ou pasta ou tablete ou gelatina, cremes de frutas ou pudim ou frutas; 8. Suco de polpa de fruta ou da fruta.	UND	11520	R\$ 28,52	R\$ 328.550,40
3.2	Almoço (dieta pastosa e líquida pastosa): 1. Arroz papa; 2. Caldo de feijão; 3. Legumes cozidos amassados; 4. 2 (dois) tipos de proteína: carne bovina sem osso (desfiada ou moída) ou aves sem osso (desfiada) ou filé de peixe (desfiado); 5. 1 (um) tipo de guarnição: purê de batata ou purê de cenoura ou purê de abóbora; 6. Sopas batidas variadas (carne, canja, ervilha, lentilha, feijão); 7. 1 (um) tipo de sobremesa: doce cremoso ou em pasta ou gelatina ou pudim ou frutas macias ou fruta macia; 8. Suco de polpa de fruta.	UND	15120	R\$ 26,73	R\$ 404.157,60
3.3	Almoço (hiperprotéica e /ou hipercalórica): 1. Salada de Vegetais; 2. Arroz; 3. Feijão; 4. 2 (dois) tipos de proteína: carne bovina sem osso ou aves sem osso ou fígado ou filé de peixe ou ovos; 5.1 (um) tipo de guarnição: farofa ou macarrão ou pirão ou polenta ou purê ou suflê ou vegetais cozidos ou refogados; 6. 1 (um) tipo de sobremesa: doce cremoso ou pasta ou tablete ou gelatina ou pudim ou frutas; 7. Suco de polpa de fruta ou da fruta com leite.	UND	3600	R\$ 26,77	R\$ 96.372,00
3.4	Almoço (dieta especial: branda para diabetes, branda hipossódica, branda hipocalórica):	UND	10800	R\$ 26,77	R\$ 289.116,00



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA

	1. Salada de vegetais; 2. Arroz sem sal/gordura, polido ou integral; 3. Feijão sem sal/gordura (só com verduras); 4. 2 (dois) tipos de proteína: carne bovina sem osso, sal e gordura ou aves sem osso sem sal e gordura ou filé de peixe sem sal, ou proteína de origem vegetal (assados, cozidos ou grelhados); 5. 1 (um) tipo de guarnição: macarrão integral; 6. Sobremesa: fruta ou suco de fruta.				
3.5	Almoço (dieta imunodeprimido): 1. Salada de vegetais cozida; 2. Arroz; 3. Feijão; 4. 2 (dois) tipos de proteína (carne bovina sem osso, aves sem osso, filé de peixe); 5. 1 (um) tipo de guarnição: macarrão ou purê ou vegetais cozidos; 6. Preparação láctea tipo flan (em embalagem individual), preparação láctea tipo pudim (em embalagem individual) ou fruta cozida.	UND	720	R\$ 26,77	R\$ 19.274,40
3.6	Almoço (dieta sem lactose e glúten): 1. Salada de vegetais; 2. Arroz; 3. Feijão com legumes; 4. 2 (dois) tipos de proteína: carne bovina sem osso ou aves sem osso ou fígado ou filé de peixe; 5.1 (um) tipo de guarnição: farofa ou farofa de milharia ou macarrão sem glúten ou vegetais cozidos ou refogados; 6. 1 (um) tipo de sobremesa: compota de frutas ou frutas; 7. Suco de polpa da fruta ou fruta.	UND	1440	R\$ 26,77	R\$ 38.548,80
TOTAL ANUAL			43200		R\$ 1.176.019,20
4. LANCHE					
4.1	Lanche (dieta livre e branda): 1. Café com açúcar mais leite integral ou suco de polpa de fruta ou da fruta; 2. Pão ou biscoito ou bolo, cuscuz ou tapiquinha; 3. Manteiga com sal ou geleia de frutas queijo do tipo minas, prato ou cremoso ou patê; 4. Mingau ou vitamina de frutas ou salada de frutas.	UND	11520	R\$ 14,52	R\$ 167.270,40
4.2	Lanche (dieta pastosa e líquida pastosa): 1. Mingau ou batida de frutas ou suco de fruta; 2. Pão massa fina, Manteiga com sal ou geleia	UND	15120	R\$ 12,65	R\$191.268,00



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA

	de frutas, queijo cremoso.				
4.3	Lanche (dieta hiperprotéica e /ou hipercalórica): 1. Café com açúcar mais leite integral ou suco de polpa de fruta ou da fruta; 2. Mingau ou vitamina de frutas ou salada de frutas; 3. Pão ou biscoito ou bolo ou cuscuz ou tapioca; 4. Manteiga com sal ou geleia de frutas, queijo do tipo minas, prato ou cremoso ou ovos ou banana frita ou peito de frango ou carne moída.	UND	3600	R\$ 12,98	R\$ 46.728,00
4.4	Lanche (dieta especial: branda para diabetes, branda hipossódica, branda hipocalórica): 1. Café com adoçante mais leite desnatado ou suco de polpa de fruta; 2. Pão integral ou torrada integral ou biscoito integral sem sal tapioca/linhaça/chia; 3. Manteiga sem sal, ou geleia de frutas sem açúcar, queijo branco, iogurtes diet e light.	UND	10800	R\$ 12,70	R\$ 137.160,00
4.5	Lanche (dieta imunodeprimido): 1. Suco de fruta pasteurizado em embalagem individual ou café com ou sem açúcar, leite pasteurizado fervido em embalagem individual ou iogurte em embalagem individual; 2. Biscoito ou torrada em embalagem individual, manteiga ou geleia de frutas em embalagem individual, queijo tipo minas ou cremoso em embalagem individual.	UND	720	R\$ 12,98	R\$ 9.345,60
4.6	Lanche (Dieta Sem lactose e Glúten): 1. Leite sem lactose ou leite de soja com ou sem açúcar ou suco de fruta com ou sem açúcar, café com ou sem açúcar; 2. Biscoito sem glúten (doce ou salgado) ou tapioca ou cuscuz de milho ou arroz.	UND	1440	R\$ 12,98	R\$ 18.691,20
TOTAL ANUAL			42300		R\$ 570.463,20
5. JANTAR					
5.1	Jantar (Dieta Livre e Branda): 1. Salada de Vegetais; 2. Arroz; 3. Feijão; 4. 1 (um) tipo de proteína: carne bovina sem osso, ou aves sem osso, ou fígado, ou filé de peixe ou ovos, em preparações variadas; 5. Sopas variadas (carne, canja, ervilha, lentilha, feijão);	UND	11520	R\$ 28,64	R\$ 329.932,80



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA

	6. 1 (um) tipo de guarnição: farofa, farinha ou macarrão, ou pirão, ou polenta, ou purê, vegetais cozidos ou refogados; 7. 1 (um) tipo de sobremesa: doce cremoso, ou pasta, ou tablete, ou gelatina, ou pudim ou frutas; 8. Suco de polpa de fruta ou da fruta.				
5.2	Jantar (dieta pastosa e líquida pastosa): 1. Arroz papa; 2. Caldo de feijão; 3. Salada cozida amassada; 4. 02 (dois) tipos de proteína (carne Bovina sem osso moídas ou desfiadas /aves sem osso desfiadas /ou Filé de peixe desfiado); 5. Sopas batidas variadas: carne, canja, ervilha, caldo verde, lentilha, feijão); 6. Um tipo de guarnição: purê de batata, purê de cenoura, purê de abóbora, purê de macaxeira); 7. Um tipo de sobremesa: Doce cremoso ou em pasta, ou gelatina, ou pudim ou frutas macias; 8. Suco de polpa de fruta.	UND	15120	R\$ 26,56	R\$ 401.587,20
5.3	Jantar (dieta hiperprotéica e/ ou hipercalórica): 1. Salada de Vegetais; 2. Arroz; 3. Feijão, 1. Um tipo de proteína: carne Bovina sem osso, ou aves sem osso, ou fígado, ou Filé de peixe ou ovos, 2. Um tipo de guarnição: Farofa, ou macarrão, ou pirão, ou polenta, ou purê, ou suflê, ou vegetais cozidos ou refogados, 3. Um tipo de sobremesa: Doce cremoso, ou pasta, ou tablete, ou gelatina, ou pudim ou frutas, 4. Suco de polpa de fruta ou da fruta.	UND	3600	R\$ 26,89	R\$ 96.804,00
5.4	Jantar (Dieta Especial: Branda para diabetes, Branda Hipossódica, Branda Hipocalórica): 1. Salada de Vegetais, 2. Arroz sem sal/gordura, integral 3. Dois tipos de proteína sem sal e gordura: carne Bovina sem osso, ou aves sem osso, ou Filé de peixe ou ovos em preparações grelhadas ou cozidas 4. Sopas sem massa e sal / canja com pouco arroz	UND	10800	R\$ 26,89	R\$ 290.412,00



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA

	5. Um tipo de guarnição: macarrão integral, ou vegetais cozidos ou refogados, 6. Um tipo de sobremesa: frutas, 7. Suco de polpa de fruta ou da fruta.				
5.5	Jantar (imunodeprimido): 1. Salada de vegetais cozida 2. Arroz 3. Dois tipos de proteína (carne bovina sem osso, aves sem osso, filé de peixe) 4. Um tipo de guarnição: macarrão, ou purê ou vegetais cozidos Preparação láctea tipo flan (em embalagem individual), preparação láctea tipo pudim (em embalagem individual) ou fruta cozida	UND	720	R\$ 26,89	R\$ 19.360,80
5.6	Jantar (Dieta Sem lactose e Glúten): 1. Salada de Vegetais, 2. Arroz, 3. Feijão, 4. Dois tipos de proteína: carne bovina sem osso, ou aves sem osso, ou fígado, ou Filé de peixe ou ovos, 5. Um tipo de guarnição: Farofa, ou farofa de milharia, ou macarrão sem glúten, ou vegetais cozidos ou refogados, 6. Um tipo de sobremesa: Compota de frutas ou frutas, 7. Suco de polpa da fruta ou da fruta.	UND	1440	R\$ 26,89	R\$ 38.721,60
TOTAL ANUAL			43200		R\$ 1.176.818,40
6. CEIA					
6.1	Ceia (Dieta Livre e Branda): 1. Leite integral. 2. Mingau variado	UND	11520	R\$ 13,85	R\$ 159.552,00
6.2	Ceia (Dieta Pastosa e líquida pastosa) 1. Mingau sem grumos	UND	15120	R\$ 12,82	R\$193.838,40
6.3	Ceia (Dieta Hiperprotéica e/ou Hipercalórica): 1. Leite integral, ou vitamina de fruta, ou iogurte. Pão com queijo minas ou prato ou requeijão, ou ovos, ou biscoito ou bolo 2. Mingau variados.	UND	3600	R\$ 13,08	R\$ 47.088,00
6.4	Ceia (Dieta Especial: Branda para diabetes, Branda Hipossódica, Branda Hipocalórica): 1. Leite desnatado, ou chá com adoçante, torradas; 2. Mingau com leite desnatado e adoçante (aveia ou maisena)	UND	10800	R\$ 12,62	R\$ 136.296,00
6.5	Ceia (imuno deprimido) 1. Leite pasteurizado ou fervido ou chá em embalagem individual, ou iogurte em embalagem individual. Biscoito ou torrada em	UND	720	R\$ 12,62	R\$ 9.086,40



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA

	embalagem individual, manteiga em embalagem individual, ou geleia de fruta em embalagem individual 2. Mingau				
6.6	Ceia (Dieta Sem lactose e Glúten): 1. Leite sem lactose, ou leite de soja com ou sem açúcar, ou chá. Biscoito sem glúten (doce ou salgado) ou tapioca ou cuscuz de milho ou arroz, 2. Mingau com leite de soja ou sem lactose	UND	1440	R\$ 12,62	R\$ 18.172,80
TOTAL ANUAL			43200		R\$ 564.033,60
7. CARDÁPIO FESTAS ESPECIAIS					
7.1	Cardápio Festas Especiais: 1. 3 tipos de proteína: Peru, camarão, lombo de porco, lombo de bacalhau em preparações de festas comemorativas 2. Arroz à grega ou temperado 3. 2 tipos de guarnição: farofa com batata palha, saladas variadas, em preparações de festas comemorativas 4. 2 tipos de Sobremesa: bolos, cremes, Mousses, tortas 5. Sucos variados 6. Lanches variados: salgadinhos, docinhos	UND	3192	R\$ 65,85	R\$ 210.193,20
TOTAL ANUAL					R\$ 210.193,20
VALOR GLOBAL ANUAL ESTIMADO					R\$ 4.877.326,80

3.3 A licitação observará o seguinte:

- ☐ **Item único;**
- ☐ **Divisão em itens,**
- ☐ **Lotes,** formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do TR, facultando-se ao LICITANTE a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem; ou
- ☒ **Lote único,** formado, conforme tabela constante no TR, devendo o LICITANTE oferecer proposta para todos os itens que o compõem.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA

CLÁUSULA 4

Condições para participar da licitação

4.1 Poderão participar desta licitação os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

4.1.1 Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o 3º dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

4.2 O LICITANTE se responsabiliza pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como verdadeiras suas propostas e lances, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do PROMOTOR por danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso.

4.3 É de responsabilidade do LICITANTE conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos sistemas relacionados no [item 4.1](#) e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação.

4.4 A incorreção dos dados registrados nos sistemas relacionados no [item 4.1](#) poderá motivar a inabilitação do LICITANTE por descumprimento do dever constante no item anterior.

4.5. Será concedido tratamento favorecido para as MEs, EPPs, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei Federal nº 14.133/21, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o Microempreendedor Individual (MEI), nos limites previstos da Lei Complementar Federal nº 123/06 e na Lei Estadual nº 8.417/16.

4.6 Não poderão disputar esta licitação:

- a. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seus anexos;
- b. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- c. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação for para serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- d. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA

- e.** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que atue na licitação ou fiscalização ou gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- f.** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404/76, concorrendo entre si;
- g.** Pessoa física ou jurídica que, nos 5 anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos proibidos pela legislação trabalhista;
- h.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), atuando nessa condição.

4.7 É vedada a participação direta ou indireta de agente público do órgão ou entidade contratante na licitação ou da execução do contrato.

4.8 Para o cumprimento do item anterior, deve-se observar situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

4.9 O impedimento de que trata a [alínea d do item 4.6](#) será também aplicado ao LICITANTE que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com a intenção de evitar a aplicação da sanção que impede a participação na licitação, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que comprovada a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do LICITANTE.

4.10 Desde que o órgão ou entidade julgue necessário para o atendimento da necessidade que motiva a contratação, o autor dos projetos e a empresa a que se referem as [alíneas b e c do item 4.6](#) poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

4.11 As empresas integrantes do mesmo grupo econômico também são consideradas como autoras do projeto.

4.12 O disposto nas [alíneas b e c do item 4.6](#) não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como obrigação do contratado a elaboração do projeto executivo.



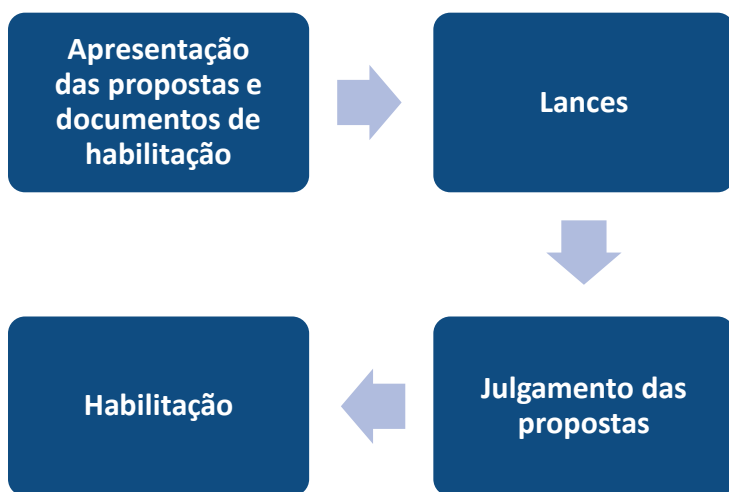
GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA

4.13 A proibição do [item 4.7](#) também se aplica ao terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

CLÁUSULA 5

Fases da licitação, apresentação da proposta e documentos de habilitação

5.1 A licitação terá as seguintes fases:



5.2 Os LICITANTES encaminharão por meio do sistema eletrônico as suas propostas com o preço ou percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a abertura da sessão pública.

5.3 No cadastramento da proposta inicial, o LICITANTE declarará em campo próprio que:

- a. Está ciente e concorda com as condições contidas neste edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na legislação, convenções coletivas de trabalho e termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua proposição e que preenche os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- b. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz;
- c. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado;
- d. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA

- e. Se o LICITANTE for organizado em cooperativa, declarará também que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei Federal nº 14.133/21.

5.4 As MEs, EPPs ou sociedade cooperativa deverão declarar, ainda, em campo correspondente que cumprem os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/06 e podem usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto no art. 4º, §§ 1º ao 3º, da Lei Federal nº 14.133/21.

5.4.1 Se houver item exclusivo para participação de ME e EPP, a marcação do campo “*não*” impedirá o prosseguimento na licitação para aquele item;

5.4.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para ME e EPP, a marcação do campo “*não*” apenas impedirá que o LICITANTE se beneficie do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/06, mesmo que ele seja ME, EPP ou sociedade cooperativa.

5.5 A realização de declarações falsas nos itens 5.3 e 5.4 sujeitará o LICITANTE às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/21 e neste Edital.

5.6 Os LICITANTES poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação inseridos no sistema até a abertura da sessão pública.

5.7 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo LICITANTE. A classificação ocorrerá somente depois dos procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de lances.

5.8 Os documentos que compõem a proposta dos LICITANTES convocados para apresentação de propostas serão disponibilizados para acesso público após a fase de lances.

5.9 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o LICITANTE poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastro da proposta e obedecerá às seguintes regras:

- a. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- b. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.10 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo LICITANTE durante a fase de disputa, sendo proibido:



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA

- a. A inserção de lance em valor superior ao já registrado pelo LICITANTE no sistema, quando adotado o critério de julgamento por *menor preço*; e
- b. A inserção de percentual de desconto inferior ao lance já registrado pelo LICITANTE no sistema, quando adotado o critério de julgamento por *maior desconto*.

5.11 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do [item 5.9](#) será **sigiloso** para os demais LICITANTES e para o PROMOTOR, mas pode ser disponibilizado aos órgãos de controle externo e interno da administração.

5.12 Caberá ao LICITANTE acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela administração ou de sua desconexão.

5.13 O LICITANTE deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

CLÁUSULA 6

Preenchimento da proposta

6.1 O LICITANTE deverá enviar sua proposta por meio do preenchimento dos seguintes campos no sistema eletrônico:

- ☒ valor do item. (a proposta deverá ser ofertada pelo valor total do lote disputado, observados os valores unitários máximos aceitáveis para cada item, conforme preços do orçamento estimado.)

☐ (percentual) desconto.

- b. Descrição do objeto, contendo informações similares à especificação do TR.

6.2 O LICITANTE está vinculado a todas as especificações do objeto feitas na proposta.

6.3 Os valores propostos incluem todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4 Os preços ofertados na proposta inicial e na fase de lances serão de responsabilidade do LICITANTE e são inalteráveis, mesmo na hipótese de erro, omissão ou outro pretexto, salvo a hipótese do [item 7.13](#).



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA

6.5 Nesta licitação, a ME e a EPP poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.6 A apresentação das propostas obrigará cumprir o que nelas estão contidas e em conformidade com o TR.

6.7 Em virtude do compromisso previsto no [item 6.6](#), o LICITANTE que apresenta proposta está obrigado a executar o objeto licitado nos termos da proposta, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios em quantidades e qualidades adequadas à execução contratual, promovendo sua substituição, quando requerido.

6.8 O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 dias**, a contar da data de sua apresentação.

6.9 Os LICITANTES devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas:

- a.** Caso o critério de julgamento seja o de *maior desconto*, o preço decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas.
- b.** O descumprimento das regras deste item pode causar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado, e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências:
 - 1.** Determinação, aos envolvidos, de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, IX, da CF/88; e/ou
 - 2.** Condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao Tesouro, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

CLÁUSULA 7

Abertura da sessão, classificação das propostas e formulação de lances

7.1 A abertura da presente licitação será realizada em sessão pública e eletrônica, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2 A proposta que identifique o LICITANTE será desclassificada.

7.3 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA

7.4 A não desclassificação da proposta não impede que ela seja julgada desclassificada, por ocasião de sua aceitação definitiva.

7.5 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas.

7.6 Apenas as propostas classificadas participarão da fase de lances.

7.7 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o PREGOEIRO e os LICITANTES.

7.8 Iniciada a fase de lances, os LICITANTES deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.9 O lance deverá ser ofertado do seguinte modo:

7.9.1. *o lance deverá ser ofertado pelo valor total do lote disputado, observados os valores dos itens, em consonância com o critério de julgamento de **Menor Preço**.*

7.10 Os LICITANTES poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

7.11 O LICITANTE somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema, conforme o critério de julgamento deste edital.

7.12 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances ofertados pelos LICITANTES será de **R\$ 100,00 (cem reais)** sobre o preço unitário do **item**.

7.13 O LICITANTE poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

7.14 O procedimento observará modo de disputa adotado da seguinte forma:

Modo de Disputa	Regras
<input type="checkbox"/> Aberto	<p>a. No modo de disputa aberto, os LICITANTES apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.</p> <p>b. A fase de lances da sessão pública terá duração de 10 minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 minutos da sessão pública.</p>



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA

- c. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a alínea anterior, será de 2 minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- d. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública se encerrará automaticamente e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- e. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em 2º lugar for de pelo menos 5%, o PREGOEIRO, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- f. Após o reinício previsto na alínea anterior, os LICITANTES serão convocados para apresentar lances intermediários.



**Aberto
e fechado**

- a. No modo de disputa **aberto e fechado**, os LICITANTES apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- b. A fase de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 minutos. Após esse tempo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances e, a partir daí, será aleatoriamente determinado um tempo de até 10 minutos para envio de lances. Terminado este prazo adicional, a recepção de lances será automaticamente encerrada.
- c. Encerrado o prazo previsto na alínea anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado, no prazo de 5 minutos. Este lance será *sigiloso* até o encerramento do prazo de 5 minutos.
- d. No procedimento de que trata a alínea anterior, o LICITANTE poderá manter o seu último lance da etapa aberta ou ofertar um lance melhor.
- e. Não havendo pelo menos 3 ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 3, oferecer um lance final e fechado no prazo de 5 minutos. Durante este prazo, o lance terá



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA

caráter *sigiloso*.

- a. No modo de disputa **fechado e aberto**, somente podem participar os LICITANTES que apresentarem a proposta de menor preço/menor percentual de desconto e os das propostas até 10% superiores/inferiores àquela.
- b. Neste modo de disputa, os LICITANTES apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.
- c. Não havendo 3 propostas nas condições definidas na forma da alínea *a*, poderão os LICITANTES que apresentaram as 3 melhores propostas, considerados as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.
- d. A fase de lances da sessão pública terá duração de 10 minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 minutos do período de duração da sessão pública.
- e. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a alínea anterior, será de 2 minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- f. Não havendo novos lances na forma estabelecida nas alíneas anteriores, a sessão pública se encerrará automaticamente e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- g. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em 2º lugar for de pelo menos 5%, o PREGOEIRO, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- h. Após o reinício previsto na alínea anterior, os LICITANTES serão convocados para apresentar lances intermediários, podendo optar por manter o seu último lance.

☐ **Fechado
e aberto**

7.15 Após o término dos prazos estabelecidos no [item 7.14](#), o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a **ordem crescente de valores**.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA

7.16 Não serão aceitos 2 ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em 1º lugar.

7.17 Durante o transcurso da sessão pública, os LICITANTES serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do LICITANTE.

7.18 No caso de desconexão com o PREGOEIRO durante a etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos LICITANTES para a recepção dos lances.

7.19 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o PREGOEIRO durar mais de 10 minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 horas da comunicação deste fato pelo PREGOEIRO aos LICITANTES, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.20 Caso o LICITANTE não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.21 Em relação a itens não exclusivos para participação de MEs e EPPs, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as MEs e EPPs participantes, procedendo à comparação com os valores da 1ª colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de se aplicar o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal nº 123/06, regulamentada pela Lei Estadual nº 8.417/16.

7.21.1 Nessas condições, as propostas de MEs e EPPs que se encontrarem na faixa de até 5% acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a 1ª colocada.

7.21.2 A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da 1ª colocada, no prazo de 5 minutos controlados pelo sistema, contados a partir comunicação automática para tanto.

7.21.3 Caso a ME ou EPP melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais LICITANTES ME e EPP que se encontrem naquele intervalo de 5% na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no item anterior.

7.21.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas MEs e EPPs que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos itens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que 1º poderá apresentar melhor oferta.

7.22 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances) ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA

7.23 Havendo empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será:

Disputa final

Os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação.

Avaliação do desempenho contratual prévio

Deverão ser utilizados preferencialmente registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações contratuais prévias.

Desenvolvimento de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho

Conforme regulamento.

Desenvolvimento de programa de integridade

Conforme orientações dos órgãos de controle.

7.24 Persistindo o empate, será assegurada preferência sucessivamente às:

1º

- Empresas estabelecidas no território do Estado do Pará.

2º

- Empresas brasileiras.

3º

- Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

4º

- Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei Federal nº 12.187/09.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA

7.25 Na hipótese da proposta do 1º colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o PREGOEIRO poderá negociar condições mais vantajosas depois de definido o resultado do julgamento.

7.26 Se após a negociação com o 1º colocado ele for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação pela Administração, a negociação poderá ser feita com os demais LICITANTES, de acordo com a ordem de classificação inicialmente estabelecida.

7.27 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais LICITANTES.

7.28 O resultado da negociação será divulgado a todos os LICITANTES e anexado aos autos do processo licitatório.

7.29 O PREGOEIRO solicitará ao LICITANTE mais bem classificado que, no prazo de 2 horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada acompanhada dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.30 É facultado ao PREGOEIRO prorrogar o prazo estabelecido no item anterior, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo LICITANTE, se o requerimento for feito antes do término do prazo.

7.31 Após a negociação do preço, o PREGOEIRO iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

CLÁUSULA 8

Julgamento das propostas

8.1 Encerrada a negociação do preço, o PREGOEIRO verificará se o LICITANTE provisoriamente classificado em 1º lugar atende às condições de participação na licitação, conforme previsto no art. 14 da Lei Federal nº 14.133/21, seus regulamentos e este Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a. SICAF;



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA

- b. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- c. Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

8.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa LICITANTE e de seu sócio majoritário, considerando a proibição do art. 12 da Lei Federal nº 8.429/92.

8.3 Caso a consulta mostre OCORRÊNCIAS IMPEDITIVAS INDIRETAS, o PREGOEIRO verificará se houve fraude por parte das empresas apontadas no relatório de ocorrências impeditivas indiretas, de acordo com o seguinte procedimento:

- a. A tentativa de fraude será verificada por meio da checagem de vínculos societários, linhas de fornecimento similares ou outros elementos que indiquem a tentativa de fugir da aplicação de sanção impeditiva de licitar ou de contratar;
- b. O LICITANTE será convocado para manifestação antes de uma eventual desclassificação;
- c. Após a defesa e sendo constatada a tentativa de fraudar a aplicação de sanção, o LICITANTE será julgado inabilitado.

8.4 O procedimento de habilitação será iniciado depois de constada a capacidade do LICITANTE participar.

8.5 Caso o LICITANTE provisoriamente classificado em 1º lugar tenha utilizado algum tratamento favorecido às MEs e EPPs, o PREGOEIRO verificará se ele faz *jus* ao benefício, em conformidade com este Edital.

8.6 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o PREGOEIRO examinará a proposta classificada em 1º lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

8.7 Será desclassificada a proposta vencedora que:

- a. Contiver vícios que não possam ser sanados;
- b. Não obedecer às especificações técnicas contidas no TR;
- c. Apresentar preços inexecutáveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- d. Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela administração;



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA

- e.** Não estiver de acordo com as exigências deste Edital ou seus anexos, desde que o erro não possa ser sanado.

8.8 É indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% do valor orçado pela administração, devendo o PREGOEIRO investigar a exequibilidade da proposta por meio das seguintes análises:

- a.** Verificação se o custo do LICITANTE ultrapassa o valor da proposta; e
- b.** Ausência de custos de oportunidade que justifiquem a oferta realizada.

8.9 Somente a verificação dos fatos referidos nas alíneas **a** e **b** do item anterior autoriza a constatação da inexequibilidade da proposta e a sua consequente desclassificação.

8.11 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, o LICITANTE poderá ser notificado para comprovar a exequibilidade da proposta.

8.12 Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS elaborada pela Administração, o LICITANTE classificado em 1º lugar será convocado para apresentar planilha elaborada por ele com os valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.13 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo LICITANTE no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

8.13.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a corrigir erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

8.13.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.14 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA

CLÁUSULA 9

Habilitação

9.1 Os documentos previstos no TR serão exigidos para habilitação do LICITANTE.

- Habilitação Jurídica:

I - cédula de identidade;

II - registro comercial, no caso de empresa individual;

III - ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

IV - inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

V - decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

VI - Em se tratando de microempreendedor individual MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

§ Único - Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

- Habilitações Fiscal, Social e Trabalhista:

I - inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

II - inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

III – prova de regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA

- Caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

IV - regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

V - prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII--A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto--Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943;

- Habilitação Econômico Financeira:

I – certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

II - balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

III - Comprovação da boa situação financeira da licitante, aferida com base nos índices de liquidez geral (LG), solvência geral (SG) e liquidez corrente (LC) maiores que um (>1), assinada por profissional habilitado da área contábil.

IV – comprovação de Patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor total anual estimado da contratação;

V - As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

VI - Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

VII - Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

- Qualificação Técnica:

I - Apresentar comprovação de aptidão para o fornecimento do serviço em características compatíveis com o objeto desta licitação, por meio de Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto desta contratação, bem como a comprovação de operacionalização com experiência



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA

comprovada de, no mínimo, 3 (três) anos no fornecimento do serviço, em características e quantidades compatíveis com o objeto da licitação, além de que deve comprovar o fornecimento das quantidades mínimas (conforme estabelecido no Termo de Referência).

a) Para a comprovação da experiência mínima de 3 (três) anos, será aceito o somatório de atestados referentes a períodos distintos, bem como de outros documentos complementares para fins comprobatórios, não havendo obrigatoriedade de que os 3 (três) anos sejam ininterruptos.

b) Somente serão aceitos atestados que se refiram a contratos já concluídos ou, caso em execução, desde que tenha decorrido, no mínimo, 1 (um) ano do início de sua execução, exceto se o contrato houver sido firmado para ser executado em prazo inferior.

c) Poderá ser admitida, para fins de comprovação do quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, considerando-se que tal situação se equipara, para fins de comprovação da capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP nº 5/2017.

d) A licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, podendo ser exigida, nos casos de dúvida justificada por parte do agente de licitação, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

II - A licitante deverá comprovar que possui no seu quadro Nutricionista devidamente registrado(a) no Conselho Regional de Nutrição (CRN) de sua jurisdição, detentor(es) de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço com características semelhantes às do objeto licitado com comprovada experiência técnica em serviços com características semelhantes ao objeto solicitado, especialmente em gestão de Unidades de Alimentação e Nutrição, elaboração de cardápios, controle de qualidade, boas práticas de manipulação de alimentos, conforme normas da ANVISA, e capacitação da equipe por meio de treinamentos.

III - A comprovação do vínculo do(a) Responsável técnico(a) a apresentado(a) poderá ser efetuada por intermédio do Contrato Social da licitante, se sócio, ou da Carteira de Trabalho e Previdência Social CTPS, em que conste a licitante como contratante, ou ainda, por Contrato de Prestação de Serviços (sem vínculo).



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA

IV - Apresentar Alvará da Vigilância Sanitária válido, emitido pelo Órgão competente, que comprove que a licitante foi vistoriada pelo serviço de Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal, demonstrando que está apta para o seu funcionamento regular.

V - Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

VI - A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.2 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.3 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.4 Se o LICITANTE vencedor for empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.660/16, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.5 Em caso de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.5.1 Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o TR exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de [inserir um percentual 10% a 30%, salvo se houver justificativa no processo para não haver esse acréscimo] para o consórcio em relação ao valor exigido para os LICITANTES individuais.

9.6. Os documentos exigidos para a habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia enviada por meio eletrônico.

9.7 Os documentos exigidos para a habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei Federal nº 14.133/21.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA

9.8 Será verificado se o LICITANTE apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.9 Será verificado se o LICITANTE apresentou no sistema a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, sob pena de inabilitação.

9.10 O LICITANTE deverá apresentar declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na legislação, convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, sob pena de desclassificação.

9.11 Caso o TR preveja a realização de vistoria, o LICITANTE deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização da vistoria prévia.

9.11.1 O LICITANTE que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado [indicar forma de agendamento], de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros LICITANTES.

9.11.2 Caso o LICITANTE opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento das condições e peculiaridades da contratação.

9.12 A habilitação será verificada por meio do SICAF nos documentos abrangidos por ele.

9.12.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.13 A verificação em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões pelo PREGOEIRO constitui prova para fins de habilitação.

9.14 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de até 2 horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do PREGOEIRO.

9.15 A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao LICITANTE vencedor.

9.16 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em diligência para:



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA

- a. Complementação de informações sobre os documentos apresentados pelo LICITANTE e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura da licitação; e
- b. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

9.17 Na análise dos documentos de habilitação, o agente de contratação ou a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.18 Se o LICITANTE não atender às exigências para habilitação, o PREGOEIRO examinará a proposta subsequente na ordem de classificação até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no [item 9.14](#).

9.19 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do LICITANTE cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos o procedimento de habilitação.

9.20 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das MEs e EPPs somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

CLÁUSULA 10

Adjudicação e homologação

10.1 O objeto da licitação será adjudicado ao LICITANTE declarado vencedor pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos eventualmente apresentados.

10.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

CLÁUSULA 11

Recursos

11.1 A apresentação de recurso contra o julgamento das propostas, habilitação ou inabilitação de LICITANTES, a anulação ou a revogação da licitação observará o disposto no art. 165 da Lei Federal nº 14.133/21.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA

11.2 O prazo recursal é de 3 dias úteis, contados da data da notificação da decisão a ser recorrida ou de lavratura da ata.

11.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do LICITANTE, deve-se observar o seguinte:

- a.** A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de não ser possível apresentar o recurso; e
- b.** O prazo para apresentação das razões do recurso será iniciado na data da notificação da decisão ou da lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

11.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá:

- a.** Reconsiderar sua decisão no prazo de 3 dias úteis; ou
- b.** Encaminhar o recurso, no prazo de 3 dias úteis, para a autoridade superior, que deverá decidi-lo no prazo de 10 dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6 Os recursos apresentados fora do prazo não serão conhecidos.

11.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais LICITANTES será de 3 dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que a autoridade competente emita a sua decisão final.

11.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos que não possam ser aproveitados.

11.10 Os autos do processo permanecerão acessíveis aos interessados por meio do Portal ComprasPará.

CLÁUSULA 12

Infrações e sanções administrativas

12.1 Constituem infrações administrativas do LICITANTE a serem punidas com as seguintes sanções:



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA

Infração	Penalidade
<p>a. Deixar de entregar a documentação exigida para a licitação ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo PREGOEIRO durante o certame;</p> <p>b. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta, em especial quando:</p> <ol style="list-style-type: none">1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;4. Deixar de apresentar amostra;5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital; <p>c. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;</p>	<p>Multa</p> <p>0,5% a 15% do valor do contrato licitado.</p> <p>e</p> <p>Impedimento de licitar e contratar*</p> <p>* Exceto quando se justificar a imposição de penalidade mais grave, ocasião em que poderá ser aplicada a sanção de “<i>Declaração de inidoneidade para licitar e contratar</i>”.</p>
<p>d. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;</p> <p>e. Apresentar declaração ou documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a licitação;</p>	<p>Multa</p> <p>15% a 30% do valor do contrato licitado.</p> <p>e</p> <p>Declaração de inidoneidade para licitar e contratar</p>



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA

- f. Fraudar a licitação;
- g. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 1. Agir em conluio ou contra a lei;
 - 2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- h. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- i. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/13.

12.2 As sanções somente poderão ser aplicadas após o contraditório e ampla defesa do LICITANTE ou adjudicatário.

12.3. As sanções previstas no [item 12.1](#) não excluem as responsabilidades civil e criminal dos envolvidos.

12.4 Na aplicação das sanções serão considerados:

- a. A natureza e a gravidade da infração cometida.
- b. As peculiaridades do caso concreto.
- c. As circunstâncias agravantes ou atenuantes.
- d. Os danos que dela provierem para a Administração Pública.
- e. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.5 A multa será de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **15 (quinze)** dias úteis, a contar da comunicação oficial.

12.6 As sanções poderão ser aplicadas cumulativamente ou não com a penalidade de multa.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA

12.7 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.9 A sanção de impedimento de licitar e contratar impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado do Pará.

12.10 A duração da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar observará o prazo previsto no art. 156, § 5º, da Lei Federal nº 14.133/21.

12.11 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração descrita na [alínea c do item 12.1](#), caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do PROMOTOR.

12.12 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o LICITANTE ou o adjudicatário para, no prazo de 15 dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.13 Da aplicação das sanções multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 dias úteis observado o seguinte:

- a.** O prazo para recorrer se inicia na data da intimação;
- b.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.14 Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá a pedido de reconsideração no prazo de 15 dias úteis, contado da data da intimação.

12.15 O recurso a que se refere o [item 12.13](#) deverá ser decidido no prazo máximo de 20 dias úteis, contado do seu recebimento.

12.16 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que a autoridade competente decida sobre ele.

12.17 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui a obrigação de reparação integral dos danos causados.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA

CLÁUSULA 13

Impugnação ao edital

13.1 Qualquer pessoa pode impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei Federal nº 14.133/21 ou solicitar esclarecimento sobre os seus termos.

13.2 A impugnação ou solicitação de esclarecimento pode ser feita até 3 dias úteis antes da data da abertura da sessão pública.

13.3 A resposta à impugnação ou à solicitação de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.4 A impugnação e a solicitação de esclarecimento poderão ser realizadas por meio eletrônico, por meio do e-mail: **cpl.seaster@gmail.com**

13.5 As impugnações e as solicitações de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos na licitação.

13.6 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.7 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização da licitação, observados os prazos mínimos para a apresentação das propostas e lances previstos no **Dec. Estadual nº 2.940, de 2023**.

CLÁUSULA 14

Disposições finais

14.1 A ata da sessão pública será divulgada no sistema eletrônico.

14.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização da licitação na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo PREGOEIRO.

14.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília-DF.

14.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA

14.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os LICITANTES, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6 Os LICITANTES assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não poderá ser responsabilizada por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

14.8 Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.9 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do LICITANTE, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.10 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.

14.11 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas e no Portal ComprasPará.

14.12 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência

ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato

Belém (PA), 28 de maio de 2026.

Inocencio Renato Gasparim

Secretário de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

PAE nº 2025/2909868

O QUE SERÁ CONTRATADO?

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de preparo e fornecimento de alimentação para atender as demandas dos abrigos de idosos vinculados à SEASTER, com a utilização e administração integral das estruturas próprias das cozinhas dos abrigos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

ITEM	DESCRIÇÃO	CÓD. SIMAS
1	Serviços de preparo e fornecimento de alimentação para atender as demandas dos abrigos de idosos vinculados à SEASTER	21570-8

Obs: Por se tratar de um serviço de alta especificidade, a cotação do Estudo Técnico Preliminar realizada por meio dos sites de pesquisa de preços (PNCP e demais plataformas) não refletem com precisão as necessidades a serem atendidas. Isso ocorre porque essas ferramentas não oferecem a mesma flexibilidade para que as empresas apresentem orçamentos detalhados e ajustados à demanda. Por essa razão, a cotação apresentada a seguir foi obtida diretamente com fornecedores.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA

LOTE

Planilha de quantidades e preços														
Item	Tipo de dieta	Medida	UEAPI SOCORRO GABRIEL (A)		UEAPI Lar da Providência (B)		Quantidades mensais (A + B)	Quantidades anual (A + B)	SNA CKS (preço unitário)	CS NUTRICIONAL (preço unitário)	ELO ALIMENTOS (preço unitário)	Preço médio unitário	Preço médio total Estimado mensal	Preço médio total estimado anual
			Qtd. Mês	Qtd. Ano	Qtd. Mês	Qtd. Ano								
1. DESJEJUM														
1.1	DESJEJUM (dieta livre e branda): 1. Café com ou sem açúcar ou adoçante; 2. Leite integral, ou chá; 3. Pão ou torrada ou biscoito ou bolo ou tapiocinha com manteiga; 4. Manteiga com ou sem sal, ou geleia de frutas; 5. Queijo do tipo minas, prato ou cremoso; 6. Fruta.	Und.	450	5400	510	6120	960	11520	R\$ 12,00	R\$ 12,80	R\$ 13,00	R\$ 15,46	R\$ 14.841,60	R\$ 178.099,20



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA

1. 2	DESJEJUM (dieta pastosa e líquida pastosa): 1. Café com ou sem açúcar ou adoçante; 2. Leite integral ou desnatado, ou chá; 3. Mingau com ou sem açúcar; 4. Pão massa fina ou bolo; 5. Manteiga com ou sem sal, ou geleia de frutas; 6. Queijo do tipo minas, prato ou cremoso; 7. Fruta.	Und .	810	9720	450	5400	1260	15120	R\$ 11,00	R\$ 11,78	R\$ 13,00	R\$ 14,04	R\$ 17.690,40	R\$ 212.284,80
1. 3	DESJEJUM (Dieta hiperprotéica e/ou hipercalórica): 1. Café com ou sem açúcar ou adoçante; 2. Leite integral ou desnatado ou iogurte; 3. Pão ou torrada ou	Und .	150	1800	150	1800	300	3600	R\$ 12,00	R\$ 12,50	R\$ 13,00	R\$ 14,07	R\$ 4.221,00	R\$ 50.652,00



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA

	biscoito ou bolo; 4. Manteiga ou geleia defrutas ou ovos ou requeijão; 5. Queijo do tipo minas, prato ou cremoso; 6. Fruta ou banana frita.													
1. 4	DESJEJUM (Dieta especial: branda para diabetes, branda hipossódica, branda hipocalórica): 1. Café com adoçante; 2. Leite desnatado ou chá; 3. Pão integral, ou francês, ou massa fina, ou torrada integral ou biscoito integral ou tapioca / linhaça / chia ou cuscuz; 4. Manteiga com ou	Und .	300	3600	600	7200	900	10800	R\$ 12,00	R\$ 12,50	R\$ 13,00	R\$ 14,21	R\$ 12.789,00	R\$ 153.468,00



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA

	sem sal, ou geleia de frutas sem açúcar ou adoçante; 5. Queijo com ou sem sal do tipo minas; 6. Fruta crua ou cozida.													
1.5	DESJEJUM (Dieta Imunodeprimido): 1. Café com ou sem açúcar; 2. Leite pasteurizado e fervido ou iogurte em embalagem individual; 3. Biscoito ou torrada em embalagem individual; 4. Manteiga em embalagem individual ou geleia de frutas em embalagem individual; 5. Queijo do tipo minas,	Und .	30	360	30	360	60	720	R\$ 12,00	R\$ 12,50	R\$ 13,00	R\$ 14,07	R\$ 844,20	R\$ 10.130,40



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA

	prato ou cremoso em embalagem individual; 6. Fruta cozida.													
1. 6	Desjejum (DietaSem lactose e Glúten): 1. Café com ou sem açúcar ou adoçante; 2. Leite sem lactose ou leite de soja com ou sem açúcar ou suco de fruta com ou sem açúcar ou chá; 3. Biscoito sem glúten(doc e ou salgado) ou tapioca ou cuscuz de milho ou arroz ou tubérculos(cozido ou assado); 4. Creme	Und .	60	720	60	720	120	1440	R\$ 12,00	R\$ 12,50	R\$ 13,00	R\$ 14,07	R\$ 1.688,40	R\$ 20.260,80



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA

vegetal ou geleia de fruta; 5. Fruta.														
TOTAL MENSAL E ANUAL							3600	43200					R\$ 52.074,60	R\$ 624.895,20

Item	Tipo de dieta	Medida	UEAPI SOCORRO GABRIEL (A)		UEAPI Lar da Providência (B)		Quantidades mensais (A + B)	Quantidades anuais (A + B)	SNA CKS (preço unitário)	CS NUTRICIONAL (preço unitário)	ELO ALIMENTOS (preço unitário)	Preço médio unitário	Preço médio total mensal	Preço médio total anual
			Qtd. Mês	Qtd. Ano	Qtd. Mês	Qtd. Ano								

2. COLAÇÃO

2.1	Colação (dieta livre e branda): 1. Suco de fruta ou leite ou mingau ou fruta ou salada de fruta ou frapê, Biscoito ou torrada	Und.	450	5400	510	6120	960	11520	R\$ 12,00	R\$ 12,60	R\$ 12,90	R\$ 13,31	R\$ 12.777,60	R\$ 153.331,20
2.2	Colação (dieta pastosa e líquida pastosa): 1. Suco de fruta ou leite ou	Und.	810	9720	450	5400	1260	15120	R\$ 11,80	R\$ 12,60	R\$ 12,90	R\$ 12,77	R\$ 16.090,20	R\$ 193.082,40



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA

	vitamina de fruta ou mingau ou fruta macia													
2.3	Colação (dieta hiperprotéica e/ou hipercalórica): 1. Vitamina de fruta ou iogurte ou mingau ou suco de polpa de fruta ou fruta; 2. Biscoito ou torrada; 3. Manteiga ou Geleia de fruta.	Und .	150	1800	150	1800	300	3600	R\$ 12,00	R\$ 12,60	R\$ 12,90	R\$ 12,59	R\$ 3.777,00	R\$ 45.324,00
2.4	Colação (Dieta Especial: Branda para diabetes, Branda Hipossódica, Branda Hipocalórica): 1. Suco de polpa de fruta com ou sem açúcar ou adoçante ou leite ou mingau ou fruta; 2. Biscoito integral ou torrada integral.	Und .	300	3600	600	7200	900	10800	R\$ 12,00	R\$ 12,60	R\$ 12,90	R\$ 12,59	R\$ 11.331,00	R\$ 135.972,00



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA

2.5	Colação (Dieta Imunodeprimido): 1. Leite pasteurizado e fervido com frutas cozidas liquidificadas ou iogurte em embalagem individual ou suco pasteurizado em embalagem individual ou fruta cozida; 2. Biscoito ou torrada em embalagem individual.	Und.	30	360	30	360	60	720	R\$ 12,00	R\$ 12,60	R\$ 12,90	R\$ 12,59	R\$ 755,40	R\$ 9.064,80
2.6	Colação (dieta sem lactose e glúten): 1. Leite de soja ou leite sem lactose ou suco da polpa de fruta ou fruta; 2. Biscoito sem glúten ou cuscuz de milho / arroz, ou tubérculos (cozidos ou	Und.	60	720	60	720	120	1440	R\$ 12,00	R\$ 12,60	R\$ 12,90	R\$ 12,59	R\$ 1.510,80	R\$ 18.129,60



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA

	assados), ou tapioca; 3. Creme vegetal													
TOTAL MENSAL E ANUAL							3600	43200					R\$ 46.242 ,00	R\$ 554.904, 00

It e m	Tipo de dieta	Me did a	UEAPI SOCORRO GABRIEL (A)		UEAPI Lar da Providênci a (B)		Quanti dades mensa l (A + B)	Quanti dades anual (A + B)	SNA CKS (preç o unit ário)	TRIUNF O REFEIÇ ÕES (preço unitári o)	ELO ALIME NTOS (preço unitár io)	Preç o méd io unit ário	Preço médio total mensa l	Preço médio total anual
			Qtd. Mês	Qtd. Ano	Qtd. Mês	Qtd. Ano								
3. ALMOÇO														
3. 1	Almoço (dieta livre e branda): 1. Salada de vegetais; 2. Arroz; 3. Feijão; 4. 2 (dois) tipos de proteína: carne bovina sem ossoou ave sem osso ou fígado ou filé de peixe em preparaçõe s variadas; 5. Sopas variadas (carne, canja, ervilha, lentilha,	Und .	450	5400	510	6120	960	11520	R\$ 23,00	R\$ 23,50	R\$ 23,99	R\$ 28,52	R\$ 27.379 ,20	R\$ 328.550,40



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA

feijão); 6. 1 (um) tipo de guarnição: farofa, farinha ou macarrão ou pirão ou polenta ou purê ou vegetais cozidos ou refogados; 7. 1 (um) tipo de sobremesa: doce cremoso ou pasta ou tablete ou gelatina, cremes de frutas ou pudim ou frutas; 8. Suco de polpa de fruta ou da fruta.													
---	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA

3.2	Almoço (dieta pastosa e líquida pastosa): 1. Arroz papa; 2. Caldo de feijão; 3. Legumes cozidos amassados; 4. 2 (dois) tipos de proteína: carne bovina sem osso (desfiada ou moída) ou aves sem osso (desfiada) ou filé de peixe (desfiado); 5. 1 (um) tipo de guarnição: purê de batata ou purê de cenoura ou purê de abóbora; 6. Sopas batidas variadas (carne, canja, ervilha, lentilha, feijão); 7. 1 (um) tipo de sobremesa: doce cremoso ou em pasta ou	Und .	810	9720	450	5400	1260	15120	R\$ 21,00	R\$ 23,50	R\$ 23,99	R\$ 26,73	R\$ 33.679,80	R\$ 404.157,60
-----	---	--------------	-----	------	-----	------	------	-------	-----------	-----------	-----------	-----------	---------------	----------------



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA

	gelatinaou pudim ou frutas maciasou fruta macia; 8. Suco de polpa de fruta.													
3. 3	Almoço (hiperproté ica e /ou hipercalóri ca): 1. SaladadeVe getais; 2. Arroz; 3. Feijão; 4. 2 (dois) tipos de proteína: carne bovina sem osso ou aves sem osso ou fígado ou filé de peixe ou ovos; 5.1 (um) tipo de guarnição:	Und .	150	1800	150	1800	300	3600	R\$ 23,0 0	R\$ 23,50	R\$ 23,99	R\$ 26,7 7	R\$ 8.031, 00	R\$ 96.372,0 0



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA

	farofa ou macarrão ou pirão ou polenta ou purê ou suflê ou vegetais cozidos ou refogados; 6. 1 (um) tipo de sobremesa: doce cremoso ou pasta ou tablete ou gelatina ou pudim ou frutas; 7. Suco de polpa de frutaou da fruta com leite.													
3. 4	Almoço (dieta especial: branda para diabetes, branda hipossódica, branda hipocalórica): 1. Salada de vegetais; 2. Arroz sem sal/gordura , polido ou integral; 3. Feijão sem sal/gordura (só com verduras); 4. 2 (dois) tipos de	Und .	300	3600	600	7200	900	10800	R\$ 23,00	R\$ 23,50	R\$ 23,99	R\$ 26,77	R\$ 24.093,00	R\$ 289.116,00



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA

	proteína: carne bovina sem osso, sal e gordura ou aves sem osso sem sal e gordura ou filé de peixe sem sal, ou proteína de origem vegetal (assados, cozidos ou grelhados); 5. 1 (um) tipo de guarnição: macarrão integral; 6. Sobremesa : fruta ou suco de fruta.													
3. 5	Almoço (dieta imunodepr imido): 1. Salada de vegetais cozida; 2. Arroz; 3. Feijão; 4. 2 (dois) tipos de proteína (carne bovina sem osso, aves sem osso, filé de peixe); 5. 1 (um) tipo de	Und .	30	360	30	360	60	720	R\$ 23,0 0	R\$ 23,50	R\$ 23,99	R\$ 26,7 7	R\$ 1.606, 20	R\$ 19.274,4 0



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA

	guarnição: macarrão ou purê ou vegetais cozidos; 6. Preparação láctea tipo flan (em embalage m individual), preparação láctea tipo pudim (em embalage m individual) ou fruta cozida.													
3. 6	Almoço (dieta sem lactose e glúten): 1. Salada de vegetais; 2. Arroz; 3. Feijão com legumes; 4. 2 (dois) tipos de proteína: carne bovina sem osso ou aves sem osso ou fígado ou filé de peixe; 5.1 (um) tipo de guarnição: farofa ou farofa de milharina ou macarrão	Und .	60	720	60	720	120	1440	R\$ 23,0 0	R\$ 23,50	R\$ 23,99	R\$ 26,7 7	R\$ 3.212, 40	R\$ 38.548,8 0



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA

sem glúten ou vegetais cozidos ou refogados; 6. 1 (um) tipo de sobremesa: compota de frutas ou frutas; 7. Suco de polpa da fruta ou fruta.													
TOTAL MENSAL E ANUAL						3600	43200					R\$ 98.001,60	R\$ 1.176.019,20

Item	Tipo de dieta	Medida	UEAPI SOCORRO GABRIEL (A)		UEAPI Lar da Providência (B)		Quantidades mensais (A + B)	Quantidades anuais (A + B)	SNA CKS (preço unitário)	CS NUTRICIONAL (preço unitário)	ELO ALIMENTOS (preço unitário)	Preço médio unitário	Preço médio total mensal	Preço médio total anual
			Qtd. Mês	Qtd. Ano	Qtd. Mês	Qtd. Ano								
4. LANCHE														
4.1	Lanche (dieta livre e branda): 1. Café com açúcar mais leite integral ou suco de polpa de fruta ou da fruta; 2. Pão ou biscoito ou bolo, cuscuz ou tapióquia; 3. Manteiga com sal ou geleia de	Und.	450	5400	510	6120	960	11520	R\$ 13,00	R\$ 13,40	R\$ 13,80	R\$ 14,52	R\$ 13.939,20	R\$ 167.270,40



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA

	frutas queijo do tipo minas, prato ou cremoso ou patê; 4. Mingau ou vitamina de frutas ou salada de frutas.													
4. 2	Lanche (dieta pastosa e líquida pastosa): 1. Mingau ou batida de frutas ou suco de fruta; 2. Pão massa fina, Manteiga com sal ou geleia de frutas, queijo cremoso.	Und .	810	9720	450	5400	1260	15120	R\$ 12,0 0	R\$ 13,40	R\$ 13,80	R\$ 12,6 5	R\$ 15.939 ,00	R\$ 191.268, 00
4. 3	Lanche (dieta hiperprotéi ca e /ou hipercalóri ca): 1. Café com açúcar mais leite integral ou suco de polpa de fruta ou da fruta; 2. Mingau ou vitamina de frutas ou salada	Und .	150	1800	150	1800	300	3600	R\$ 13,0 0	R\$ 13,40	R\$ 13,80	R\$ 12,9 8	R\$ 3.894, 00	R\$ 46.728,0 0



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA

	de frutas; 3. Pão ou biscoito ou bolo ou cuscuz ou tapioca; 4. Manteiga com sal ou geleia de frutas, queijo do tipo minas, prato ou cremoso ou ovos ou banana frita ou peito de frango ou carne moída.													
4.4	Lanche (dieta especial: branda para diabetes, branda hipossódica, branda hipocalórica): 1. Café com adoçante mais leite desnatado ou suco de polpa de fruta; 2. Pão integral ou torrada integral ou biscoito integral sem sal tapioca/linhaça/chia;	Und .	300	3600	600	7200	900	10800	R\$ 13,00	R\$ 13,40	R\$ 13,80	R\$ 12,70	R\$ 11.430,00	R\$ 137.160,00



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA

	3. Manteiga sem sal, ou geleia de frutas sem açúcar, queijo branco, iogurtes diet e light.													
4. 5	Lanche (dieta imunodepr imido): 1. Suco de fruta pasteurizad o em embalage m individual ou café com ou sem açúcar, leite pasteurizad o fervido em embalage m individual ou iogurte em embalage m individual; 2. Biscoito ou torrada em embalage m individual, manteiga ou geleia	Und .	30	360	30	360	60	720	R\$ 13,0 0	R\$ 13,40	R\$ 13,80	R\$ 12,9 8	R\$ 778,80	R\$ 9.345,60



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA

	de frutas em embalagem individual, queijo tipo minas ou crmeso em embalagem individual.													
4.6	Lanche (Dieta Sem lactose e Glúten): 1. Leite sem lactose ou leite de soja com ou sem açúcar ou suco de fruta com ou sem açúcar, café com ou sem açúcar; 2. Biscoito sem glúten (doce ou salgado) ou tapioca ou cuscuz de milho ou arroz.	Und.	60	720	60	720	120	1440	R\$ 13,00	R\$ 13,40	R\$ 13,80	R\$ 12,98	R\$ 1.557,60	R\$ 18.691,20
TOTAL MENSAL E ANUAL							3600	42300					R\$ 47.538,60	R\$ 570.463,20

Item	Tipo de dieta	Medida	UEAPI SOCORRO GABRIEL	UEAPI Lar da Providência	Quantidades mensais	Quantidades anuais	SNA CKS	CS NUTRICIONAL	ELO ALIMENTOS	Preço médio	Preço médio total	Preço médio total
------	---------------	--------	-----------------------	--------------------------	---------------------	--------------------	---------	----------------	---------------	-------------	-------------------	-------------------



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA

			(A)		a (B)		I (A + B)	(A + B)	(preço o unitário)	(preço unitário)	(preço unitário)	io unitário	mensa l	anual
			Qtd. Mês	Qtd. Ano	Qtd. Mês	Qtd. Ano								
5. JANTAR														
5.1	Jantar (Dieta Livre e Branda): 1. Salada deVegetais; 2. Arroz; 3. Feijão; 4. 1 (um) tipo de proteína: carne bovina sem osso, ou aves sem sso, ou fígado, ou filé de peixe ou ovos, em preparaçõe s variadas; 5. Sopas variadas (carne, canja, ervilha, lentilha, feijão); 6. 1 (um) tipo de guarnição: farofa, farinha ou macarrão, ou pirão, ou polenta, ou purê, vegetais cozidos ou refogados; 7. 1 (um) tipo de sobremesa: docecremo so,ou	Und .	450	5400	510	6120	960	11520	R\$ 23,00	R\$ 23,00	R\$ 23,99	R\$ 28,64	R\$ 27.494,40	R\$ 329.932,80



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA

	pasta,ou tablete,ou gelatina,ou pudim ou frutas; 8. Suco de polpa de fruta ou dafruta.													
5. 2	Jantar (dieta pastosa e líquida pastosa): 1. Arroz papa; 2. Caldo defeijão; 3. Salada cozida amassada; 4. 02 (dois) tipos de proteína (carne Bovina sem osso mo'das ou desfiadas /aves sem osso desfiadas /ou Filé de peixe	Und .	810	9720	450	5400	1260	15120	R\$ 21,0 0	R\$ 21,00	R\$ 23,99	R\$ 26,5 6	R\$ 33.465 ,60	R\$ 401.587, 20



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA

desfiado); 5. Sopas batidas variadas: carne, canja, ervilha, caldo verde, lentilha, feijão); 6. Um tipo de guarnição: purê de batata, purê de cenoura, purê de abóbora, purê de macaxeira); 7. Um tipo de sobremesa: Doce cremoso ou em pasta, ou gelatina, ou pudim ou frutas macias; 8. Suco de polpa de fruta.													
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA

5.3	Jantar (dieta hiperprotéica e/ ou hipercalórica): 1. Salada de Vegetais; 2. Arroz; 3. Feijão, 1. Um tipo de proteína: carne Bovina sem osso, ou aves sem osso, ou fígado, ou Filé de peixe ou ovos, 2. Um tipo de guarnição: Farofa, ou macarrão, ou pirão, ou polenta, ou purê, ou suflê, ou vegetais cozidos ou refogados, 3. Um tipo de sobremesa: Doce cremoso, ou pasta, ou tablete, ou gelatina, ou pudim ou frutas, 4. Suco de polpa de fruta ou da fruta.	Und	150	1800	150	1800	300	3600	R\$ 23,00	R\$ 23,00	R\$ 23,99	R\$ 26,89	R\$ 8.067,00	R\$ 96.804,00
-----	--	-----	-----	------	-----	------	-----	------	-----------	-----------	-----------	-----------	--------------	---------------



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA

5.4	Jantar (Dieta Especial: Branda para diabetes, Branda Hipossódica, Branda Hipocalórica): 1. Salada de Vegetais, 2. Arroz sem sal/gordura, integral 3. Dois tipos de proteína sem sal e gordura: carne Bovina sem osso, ou aves sem osso, ou Filé de peixe ou ovos em preparações grelhadas ou cozidas 4. Sopas sem massa e sal / canja com pouco arroz 5. Um tipo de guarnição: macarrão integral, ou vegetais cozidos ou refogados, 6. Um tipo de	Und .	300	3600	600	7200	900	10800	R\$ 23,00	R\$ 23,00	R\$ 23,99	R\$ 26,89	R\$ 24.201,00	R\$ 290.412,00
-----	---	-------	-----	------	-----	------	-----	-------	-----------	-----------	-----------	-----------	---------------	----------------



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA

	sobremesa: frutas, 7. Suco de polpa de fruta ou dafruta.													
5. 5	Jantar (imunodeprimido): 1. Salada de vegetais cozida 2. Arroz 3. Dois tipos de proteína (carne bovina sem osso, aves sem osso, filé de peixe) 4. Um tipo de guarnição: macarrão, ou purê ou vegetais cozidos Preparação lactea tipo flan (em embalagem	Und .	30	360	30	360	60	720	R\$ 23,00	R\$ 23,00	R\$ 23,99	R\$ 26,89	R\$ 1.613,40	R\$ 19.360,80



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA

	individual), preparação lactea tipo pudim (em embalage m individual) ou fruta cozida													
5. 6	Jantar (Dieta Sem lactose e Glúten): 1. Salada deVegetais, 2. Arroz, 3. Feijão, 4. Dois tipos de proteína: carne bovina sem osso, ou aves sem osso,ou figado,ou Filé de peixe ou ovos, 5. Um tipo de guarnição: Farofa, ou farofa de milharina, ou macarrão sem glúten, ou vegetais cozidos ou refogados, 6. Um tipo de	Und .	60	720	60	720	120	1440	R\$ 23,0 0	R\$ 23,00	R\$ 23,99	R\$ 26,8 9	R\$ 3.226, 80	R\$ 38.721,6 0



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA

	sobremesa: Compota de frutas ou frutas, 7. Suco de polpa da fruta ou da fruta.													
TOTAL MENSAL E ANUAL							3600	43200					R\$ 98.068 ,20	R\$ 1.176.81 8,40
It e m	Tipo de dieta	Me did a	UEAPI SOCORRO GABRIEL (A)		UEAPI Lar da Providênci a (B)		Quanti dades mensa l (A + B)	Quanti dades anual (A + B)	SNA CKS (preç o unitá rio)	CS NUTRIC IONAL (preço unitári o)	ELO ALIME NTOS (preço unitár io)	Preç o méd io unit ário	Preço médio total mensa l	Preço médio total anual
			Qtd. Mês	Qtd. Ano	Qtd. Mês	Qtd. Ano								
6. CEIA														
6. 1	Ceia (Dieta Livre e Branda): 1. Leite integral. 2. Mingau variado	Und .	450	5400	510	6120	960	11520	R\$ 12,0 0	R\$ 12,45	R\$ 12,60	R\$ 13,8 5	R\$ 13.296 ,00	R\$ 159.552, 00
6. 2	Ceia (Dieta Pastosa e líquida pastosa) 1. Mingau sem grumos	Und .	810	9720	450	5400	1260	15120	R\$ 11,8 0	R\$ 12,45	R\$ 12,60	R\$ 12,8 2	R\$ 16.153 ,20	R\$ 193.838, 40



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA

6.3	Ceia (Dieta Hiperprotéica e/ou Hipercalórica): 1. Leite integral, ou vitamina de fruta, ou iogurte. Pão com queijo minas ou prato ou requeijão, ou ovos, ou biscoito ou bolo 2. Mingau variados.	Und .	150	1800	150	1800	300	3600	R\$ 12,00	R\$ 12,45	R\$ 12,60	R\$ 13,08	R\$ 3.924,00	R\$ 47.088,00
6.4	Ceia (Dieta Especial: Branda para diabetes, Branda Hipossódica, Branda Hipocalórica): 1. Leite desnatado, ou chá com adoçante, torradas; 2. Mingau com leite desnatado e adoçante (aveia ou maisena)	Und .	300	3600	600	7200	900	10800	R\$ 12,00	R\$ 12,45	R\$ 12,60	R\$ 12,62	R\$ 11.358,00	R\$ 136.296,00



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA

6.5	Ceia (imuno deprimido) 1. Leite pasteurizado ou fervido ou chá em embalagem individual, ou iogurte em embalagem individual. Biscoito ou torrada em embalagem individual, manteiga em embalagem individual, ou geleia de fruta em embalagem individual 2. Mingau	Und .	30	360	30	360	60	720	R\$ 12,00	R\$ 12,45	R\$ 12,60	R\$ 12,62	R\$ 757,20	R\$ 9.086,40
6.6	Ceia (Dieta Sem lactose e Glúten): 1. Leite sem lactose, ou leite de soja com ou sem açúcar, ou chá. Biscoito sem glúten (doce ou salgado) ou	Und .	60	720	60	720	120	1440	R\$ 12,00	R\$ 12,45	R\$ 12,60	R\$ 12,62	R\$ 1.514,40	R\$ 18.172,80



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA

	tapioca ou cuscuz de milhoou arroz, 2. Mingau com leite de soja ou sem lactose													
TOTAL MENSAL E ANUAL							3600	43200					R\$ 47.002,80	R\$ 564.033,60
Item	Tipo de dieta	Medida	UEAPI SOCORRO GABRIEL (A)		UEAPI Lar da Providência (B)		Quantidades mensais (A + B)	Quantidades anuais (A + B)	PSN ACKS (preço unitário)	TRIUNFO REFEIÇÕES (preço unitário)	ELO ALIMENTOS (preço unitário)	Preço médio unitário	Preço médio total mensal	Preço médio total anual
			Qtd. Mês	Qtd. Ano	Qtd. Mês	Qtd. Ano								
7 CARDÁPIO FESTA ESPECIAIS														
7.1	Cardápio Festas Especiais: 1. 3 tipos de proteína: Peru, camarão, lombo de porco, lombo de bacalhau em preparações de festas comemorativas 2. Arroz à grega ou temperado 3. 2 tipos de guarnição: farofa com batata palha, saladas variadas,	Und.	133	1596	133	1596	266	3192	R\$ 56,00	R\$ 58,90	R\$ 58,90	R\$ 65,85	R\$ 17.516,10	R\$ 210.193,20



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA

em preparações de festas comemorat ivas 4. 2 tipos de Sobremesa : bolos, cremes, mousses, tortas 5. Sucos variados 6. Lanches variados: salgadinho s, docinhos													
---	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

DESJEJUM	R\$ 624.895,20
COLAÇÃO	R\$ 554.904,00
ALMOÇO	R\$ 1.176.019,20
LANCHE	R\$ 570.463,20
JANTAR	R\$ 1.176.818,40
CEIA	R\$ 564.033,60
FESTAS ESPECIAIS	R\$ 210.193,20
VALOR GLOBAL DO LOTE	R\$ R\$ 4.877.326,80



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA

JUSTIFICATIVA DO AGRUPAMENTO EM LOTES*

Justifica-se o agrupamento dos itens em lote por ser aquele que melhor reflete os anseios da presente demanda, por ser econômica e logisticamente o mais viável, tendo em vista que os produtos agrupados são correlacionados, minimizando a cotação de itens com valores insignificativos, e, o seu agrupamento perfaz um valor maior a ser cotado, sendo um atrativo aos licitantes, proporcionando uma maior economia de escala, melhora na padronização, logística e gerenciamento dos contratos, já que a unidade gestora solicitará o objeto a um número menor de fornecedor(es), bem como maior agilidade no julgamento do processo.

Ressalta-se que a realização de diversas contratações através do critério de julgamento menor preço por Item, para o objeto em tela se torna inviável por diversos fatores, onde se pode citar a necessidades de muitos servidores para gerenciar e fiscalizar os diversos contratos, como também acarretar a perda na economia de escala e inviabilidade técnica. Diante disto, conclui-se que no âmbito da razoabilidade e do mérito administrativo, discricionariamente, compete à administração pública decidir sobre a modalidade de licitação e o critério que irá adotar, competindo ao agente administrativo avaliar o que o interesse público demanda obter mediante a contratação.

Nesse sentido, pode-se ter como preceito fundamental, o que dispõe o parágrafo § 2º, I do Art. 40 da Nova Lei federal nº. 14.133/2021:

Art. 40. O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte:

*§ 2º Na aplicação do princípio do parcelamento, referente às compras, deverão ser considerados: I - A viabilidade da divisão do objeto **em lotes** (grifo nosso);*

Assim como o disposto no Art. 9, § 2º, da Lei Estadual nº.8.417/2016:

Art. 9º Os órgãos e entidades contratantes deverão realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte quando o valor estimado para o item não ultrapassar R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

(...)

§ 2º Quando justificada a opção pela adoção de lote, para efeito de aplicação do caput será considerado o valor total de cada lote (grifo nosso);

Diante do exposto, tendo em vista a competência discricionária que é assegurada à Administração, optou-se por adotar o critério de julgamento e divisão por lotes, que se reputa mais ajustado às necessidades e eficiência administrativas no presente caso.

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

QUAL O MOTIVO DA CONTRATAÇÃO?	<i>Necessidade de provisão alimentar aos usuários abrigados nas Unidades de Acolhimento que são vinculadas à Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda – SEASTER: Nosso Lar Socorro Gabriel e Lar da Providência. Diante disso, a solução adotada, é através terceirização para a gestão completa da cozinha in loco, em que a empresa assume a gestão completa da cozinha prestando o serviço integral: administração da unidade, fornecimento de insumos, mão de obra, equipamentos, utensílios, manutenção, higienização e execução de todas as etapas.</i>
--------------------------------------	--



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA

NATUREZA E GARANTIA DO SERVIÇO	
NATUREZA	Serviço comum de natureza continuada.
HAVERÁ GARANTIA DO SERVIÇO?	<input type="checkbox"/> Sim. De acordo com o estudo técnico preliminar, o contratado deverá prestar garantia pelos serviços prestados de, no mínimo, N meses, após a sua conclusão. <input checked="" type="checkbox"/> Não.
CRITÉRIOS DE SELEÇÃO	
FORMA DE CONTRATAÇÃO	<input type="checkbox"/> Inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 74, Y , da Lei Federal nº 14.133/21. <input type="checkbox"/> Dispensa de licitação em razão do valor* , com fundamento no art. 75, II, da Lei Federal nº 14.133/21. * Nesta hipótese, deve-se utilizar preferencialmente a dispensa eletrônica. <input type="checkbox"/> Dispensa de licitação, com fundamento no art. 75, Y , da Lei Federal nº 14.133/21. <input checked="" type="checkbox"/> Pregão eletrônico.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO	<input checked="" type="checkbox"/> Menor Preço Global. <input type="checkbox"/> Maior desconto.
O ORÇAMENTO ESTIMADO É SIGILOSO?	<input type="checkbox"/> Sim. Justificativa: (Indicar o motivo da escolha do orçamento sigiloso para a contratação). <input checked="" type="checkbox"/> Não.
CRITÉRIO PARA A PROPOSTA SER ACEITA	A proposta deve observar os valores unitários e global máximos aceitáveis conforme planilha de composição de preços do orçamento estimado. Os valores expressos na proposta comercial do licitante vencedor deverão incluir todos os insumos necessários para a fiel execução do(s) contrato(s), tais como: IMPOSTOS, SEGUROS, FRETES, TRANSPORTE, TRIBUTOS, TAXAS, CONTRIBUIÇÕES FISCAIS E QUAISQUER OUTROS QUE INCIDAM OU VENHAM A INCIDIR DIRETA OU INDIRETAMENTE SOBRE O VALOR PROPOSTO.
HÁ ITENS COM PREFERÊNCIA PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE	<input type="checkbox"/> Sim. Indicar os itens: (Indicar os itens). <input checked="" type="checkbox"/> Não.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA

PEQUENO PORTE?	
O EDITAL EXIGIRÁ AMOSTRA?	<p><input checked="" type="checkbox"/> Sim Justificativa:</p> <p>Devido à complexidade do objeto, o Art. 17 da Lei 14.133/2021, permite que a Administração, durante a fase de julgamento da licitação, solicite a apresentação de amostras e a realização de testes. O objetivo é verificar a conformidade do objeto ofertado com as especificações técnicas e funcionais do edital, assegurando sua adequação para os fins da contratação. Para tanto, a licitante, provisoriamente classificada em primeiro lugar, deverá apresentar amostra(s) do(s) item(ns) para aferição da qualidade dos mesmos com o descrito neste Termo de Referência, considerando que a verificação tem como objetivo, garantir a qualidade do produto verificando as especificações e parâmetros direcionado na descrição do produto. O prazo para recebimento das amostras será agendado para o segundo dia útil posterior a convocação realizada (via chat). O local de apresentação das amostras será a Sede SEASTER (Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda do Pará), situada na Av. Gov. José Malcher, 1018 - Nazaré, Belém - PA, 66055-260.</p> <p>A amostra deverá observar os seguintes requisitos:</p> <ul style="list-style-type: none">• A refeição deverá ser entregue em embalagem adequada para transporte de alimentos, devidamente lacrada, íntegra e identificada com o nome da licitante, data e horário de preparo;• A marmita deverá conter todos os itens previstos no cardápio especificado neste edital, nas porções mínimas estabelecidas;• A temperatura da refeição no ato da entrega deverá estar em conformidade com as normas sanitárias vigentes, especialmente a RDC ANVISA nº 216/2004, garantindo condições seguras de consumo;• A amostra será avaliada quanto aos seguintes critérios:<ul style="list-style-type: none">a) apresentação e acondicionamento;b) porcionamento;c) aspecto visual;d) odor;e) textura;f) sabor;g) temperatura;



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA

h) conformidade com as boas práticas de manipulação de alimentos.

- A avaliação será realizada por comissão designada pela Administração, que emitirá parecer técnico fundamentado, podendo a amostra ser aprovada ou reprovada.
- A reprovação da amostra implicará a desclassificação da licitante, sendo convocada a próxima classificada, obedecida a ordem de classificação.
- A amostra não será devolvida, por se tratar de material perecível utilizado para análise técnica.

REQUISITOS DA CONTRATADA

**SERÁ EXIGIDA
HABILITAÇÃO
TÉCNICA?**

☒ Sim.

a) Apresentar comprovação de aptidão para o fornecimento do serviço em características compatíveis com o objeto desta licitação, por meio de Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto desta contratação, bem como a comprovação de operacionalização com experiência comprovada de, no mínimo, 3 (três) anos no fornecimento do serviço, em características e quantidades compatíveis com o objeto da licitação. além de que deve comprovar o fornecimento as seguintes quantidades mínimas:

Tipo de alimentação	Quantitativo Total Anual do lote (100%)	Quantidade Mínima Anual a ser comprovada no(s) Atestado(s) (30%)
Desjejum	43.200	12.960
Colação	43.200	12.960
Almoço	43.200	12.960
Lanche	42.300	12.690



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA

Jantar	43 200	12.960
Ceia	43.200	12.960

a.1) Para a comprovação da experiência mínima de 3 (três) anos, será aceito o somatório de atestados referentes a períodos distintos, bem como de outros documentos complementares para fins comprobatórios, não havendo obrigatoriedade de que os 3 (três) anos sejam ininterruptos.

a.2) Somente serão aceitos atestados que se refiram a contratos já concluídos ou, caso em execução, desde que tenha decorrido, no mínimo, 1 (um) ano do início de sua execução, exceto se o contrato houver sido firmado para ser executado em prazo inferior.

a.3) Poderá ser admitida, para fins de comprovação do quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, considerando-se que tal situação se equipara, para fins de comprovação da capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP nº 5/2017.

a.4) A licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, podendo ser exigida, nos casos de dúvida justificada por parte do agente de licitação, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

b) A licitante deverá comprovar que possui no seu quadro Responsável Técnico(a) devidamente registrado(a) no Conselho Regional de Nutrição do estado da sua sede.
, nos termos do art. 10, IV, da Lei nº 6.437/1977.

b) A licitante deverá comprovar que possui no seu quadro Responsável Técnico(a) devidamente registrado(a) no Conselho Regional de Nutrição do estado da sua sede.

b.1) A comprovação do vínculo do(a) Responsável técnico(a) a apresentado(a) poderá ser efetuada por



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA

	<p>intermédio do Contrato Social da licitante, se sócio, ou da Carteira de Trabalho e Previdência Social CTPS, em que conste a licitante como contratante, ou ainda, por Contrato de Prestação de Serviços (sem vínculo).</p> <p>c) Apresentar Alvará da Vigilância Sanitária válido, emitido pelo Órgão competente, que comprove que a licitante foi vistoriada pelo serviço de Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal, demonstrando que está apta para o seu funcionamento regular.</p> <p>A licitante deverá apresentar ainda, sob pena de inabilitação:</p> <p>d) Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.</p> <p>e) A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação</p> <p><input type="checkbox"/> Não.</p>
QUALIFICAÇÕES TÉCNICAS EXIGIDAS	<p><input checked="" type="checkbox"/> Declaração de ciência das informações necessárias para o cumprimento da futura obrigação contratual.</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Registro do Responsável Técnico (Nutricionista) na entidade profissional competente.</p> <p><input type="checkbox"/> Indicação de pessoal técnico, instalações e aparelhamento para o cumprimento da futura obrigação contratual com a comprovação de qualificação técnica de cada membro da equipe técnica responsável pela execução dos trabalhos.</p> <p><input type="checkbox"/> Atestado de responsabilidade técnica relativos à qualificação técnico-profissional com</p>



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA

	<p>comprovação de registro em conselho profissional competente, quando for o caso.</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Atestado de capacidade, relativo à qualificação técnico operacional.</p> <p><input type="checkbox"/> Outro previsto em lei especial.</p> <p>Especificar: <i>(Indicar o requisito e o seu fundamento legal).</i></p> <p><input type="checkbox"/> Não será exigida prova de qualificação técnica em razão da baixa complexidade da contratação.</p>
HÁ CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE?	<p>Especificar:</p> <p>Adoção de políticas que visem evitar o desperdício alimentar, com medidas para reduzir o desperdício de alimentos durante o preparo, armazenamento e distribuição, com controle de reaproveitamento de sobras.</p> <p>Utilização de embalagens biodegradáveis, compostáveis ou recicláveis para reduzir o impacto ambiental do descarte de resíduo.</p> <p>Política de destinação de resíduos sólidos, desde o descarte seletivo de resíduos, afim de garantir coleta seletiva até o tratamento adequado.</p> <p>Política de eficiência energética, com adoções de práticas para reduzir o consumo de energia durante o preparo e distribuição das refeições, como o uso de equipamentos energeticamente eficientes.</p> <p>Política de gestão de água com a implementação de medidas para economia de água no processo de preparo dos alimentos e na limpeza de utensílios e equipamentos.</p> <p>Práticas de educação e conscientização com programas educacionais para funcionários e pacientes sobre práticas sustentáveis, incluindo o impacto ambiental da alimentação e formas de reduzir o desperdício.</p> <p>Quando possível optar por fornecedores que adotem práticas sustentáveis em suas operações, desde a produção até a entrega dos alimentos, e optar por alimentos oriundos da agricultura familiar ou plenos agricultores a fim de fomentar o pequeno produtor.</p> <p>Relatórios frequentes de monitoramento e avaliação ambiental que com estabelecimento e metas ambientais e monitoramento regular</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Sim.</p>



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA

	<p>dos impactos ambientais associados ao serviço de alimentação, com ajustes conforme necessário.</p> <p>Política de reciclagem e compostagem com a Implementação de programas de reciclagem de resíduos e compostagem de restos de alimentos para reduzir o volume de resíduos enviados para aterros sanitários.</p> <p>A contratação deverá atender os princípios de sustentabilidade previstos no Decreto Estadual nº 4.193/2024, do Estado do Pará, que estabelece diretrizes para a adoção de práticas sustentáveis nas contratações públicas.</p> <p><input type="checkbox"/> Não.</p>
HÁ RISCOS A SEREM ASSUMIDOS PELA CONTRATADA?	<p><input checked="" type="checkbox"/> Sim. Especificar: nº 16, 17, 18, 22, 23, 24, 25, 26 e 30 do Mapa de Gerenciamento de riscos.</p> <p><input type="checkbox"/> Não.</p>
HÁ PREVISÃO DE VISTORIA?	<p><input checked="" type="checkbox"/> Sim. O licitante deverá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços no período de 26/05/2026 a 09/06/2026, no horário de 09h00m às 12h00m, mediante agendamento para acompanhamento de servidor do órgão.</p> <p>Caso o licitante não tenha interesse na vistoria, deverá firmar declaração nesse sentido, concordando com as condições do local de trabalho, renunciando à possibilidade de alegar desconhecimento das instalações posteriormente.</p> <p><input type="checkbox"/> Não.</p>
FORMA DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO	
COMO O SERVIÇO SERÁ PRESTADO?	<p><input type="checkbox"/> O serviço será prestado conforme emissão de ordem de serviço.</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> O contrato terá vigência imediata a partir de sua assinatura, contudo a execução do serviço será iniciada com a emissão da Ordem de Serviço - OS pelo fiscal do contrato. O serviço deverá ser executado de maneira integral (Desjejum, Colação, Almoço, Jantar, Ceia, Cardápio Festa (Especiais), enquanto perdurar a vigência do contrato.</p>
LOCAL E HORA DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO	<p>Unidade de Acolhimento da Pessoa Idosa Lar da Providência.</p> <p>Endereço: Pass. Samuca Levi, nº 25 – Souza, Belém-PA;</p> <p>Unidade de Acolhimento da Pessoa Idosa Nosso Lar Socorro Gabriel.</p>



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA

	Endereço: Av. Norte, 1033-1071 – Maracangalha, Belém-PA. O serviço deverá ser prestado todos os dias em horário integral.
PRAZO, FORMA DE PAGAMENTO E GARANTIA DO CONTRATO	
PRAZO DO CONTRATO	12 meses.
HAVERÁ POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim, nas hipóteses do art. 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/21. O preparo e o fornecimento regular da alimentação pronta é crucial para assegurar a subsistência dos abrigados. Visto que o processo licitatório anual demanda significativo investimento de tempo e recursos administrativos. Diante disso, a prorrogação do contrato emerge como uma alternativa viável para otimizar o uso desses recursos, especialmente quando não há mudanças substanciais nas condições contratuais ou no cenário de mercado. É importante ressaltar que a prorrogação dos contratos de aquisição deve estritamente observar as disposições previstas na lei 14.133, no artigo 6º, inciso XV. Nesse contexto, a prorrogação do contrato se justifica, pois trata-se de um objeto com necessidade permanente para os abrigados, garantindo assim transparência, equidade e conformidade com os princípios legais e de governança aplicáveis. Destaca-se que a necessidade apresentada se trata de serviço contínuo, acontece que o serviço de fornecimento de alimentação é uma necessidade permanente e prolongada das UAPI'S' e abrigos. A solicitação objetiva garantir o abastecimento regular e contínuo de alimentação, cumprindo com a responsabilidade desta SEASTER de garantir proteção integral e segurança alimentar e nutricional aos usuários que estão sob a tutela do estado, como mencionado no Documento e Formalização de Demanda (DFD). <input type="checkbox"/> Não.
FORMA DE PAGAMENTO	Meio Ordem bancária.
	Onde? Conta corrente da contratada no Banco do Estado do Pará.
	Qual o prazo? Até 30 dias corridos, a contar do atesto da nota fiscal (ou fatura) com o comprovante de regularidade fiscal da contratada. (ou fatura) com o comprovante de regularidade



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA

	<p>fiscal da contratada.</p> <p>A regularidade fiscal pode ser provada:</p> <p>Prova da regularidade fiscal</p> <p>1. por consulta ao SICAF ou Cadastramento Unificado de Licitante; ou</p> <p>2. pela apresentação dos documentos constantes no art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21, quando não for possível consultar aos sistemas oficiais.</p>
<p>QUAL A GARANTIA DO CONTRATO?</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> 5% do valor inicial do contrato. <i>Justificativa: (O percentual somente pode ser superior a 5% mediante justificativa na complexidade técnica ou nos riscos envolvidos, não podendo ser superior a 10%).</i></p> <p><input type="checkbox"/> Não há. <i>Justificativa: (A não exigência de garantia deve ser justificada).</i></p>
<p>PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA</p>	
<p>DADOS ORÇAMENTÁRIOS DA CONTRATAÇÃO</p>	<p>Unidade Orçamentária: 43101</p> <p>Funcional Programática: 08.122.1297.8338 - operações das ações administrativas</p> <p>Natureza de Despesa: 3390 39</p> <p>Fonte: 01500000001 (Tesouro Estadual)</p> <p>Unidade Orçamentária: 870101</p> <p>Funcional Programática: 08.241.1505.8865 - atenção à pessoa idosa e suas famílias</p> <p>Fonte: 015000000066/ 025000000066 (Recurso vinculado ao Fundo do Idoso)</p>



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA

ANEXO II
MINUTA DO CONTRATO nº/2026 – SEASTER
PAE nº 2025/2909868

RESUMO



CONTRATANTE

Estado do Pará | SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA
SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA – SEASTER
CNPJ nº 08.995.816/0001-04.

CONTRATADO

Nome da razão social da pessoa jurídica
CNPJ nº xx.xxx.xxx/xxxx-xx.



OBJETO

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de preparo e fornecimento de alimentação para atender as demandas dos abrigos de idosos vinculados à SEASTER, com a utilização e administração integral das estruturas próprias das cozinhas dos abrigos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.



LOCAL DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

O serviço será realizado nas unidades da SEASTER, conforme o Termo de Referência (Anexo I do edital).



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA



VALOR TOTAL

R\$ XXXXXXXXXX.

REAJUSTE

Índice ☐ IPCA ☐ INPC ☐ INCC ☒ IGPM

Período A cada **12 meses**, a contar de **05/05/2026 (data do orçamento estimado)**.

PAGAMENTO

Forma Ordem bancária.

Prazo **30 dias corridos**, a contar do recebimento da nota fiscal ou fatura atestada pelo fiscal do contrato.



FISCALIZAÇÃO

O fiscal do contrato é o servidor **NOME DO SERVIDOR**, CPF nº xxx.xxx.xxx-xx, matrícula nº nnnn, lotado no [inserir setor]. (Esses dados devem ser inseridos por ocasião da assinatura do contrato).



VIGÊNCIA

Prazo **12 meses**.

Início **dd/mm/aaaa** (a data deve ser especificada na assinatura do contrato).

Fim **dd/mm/aaaa** (a data deve ser especificada na assinatura do contrato).



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA

CLÁUSULAS CONTRATUAIS

CLÁUSULA 1

Partes

Este contrato tem como PARTES:

CONTRATANTE

ESTADO DO PARÁ, por intermédio de **SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA – SEASTER**, CNPJ nº 08.995.816/0001-04, com sede na Av. Gov. Jose Malcher, 1018, Nazaré, Belém/PA, neste ato representado pelo Sr. Secretário de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda, Sr. Inocencio Renato Gasparim.

CONTRATADO

NOME DA RAZÃO SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA, CNPJ nº xx.xxx.xxx/xxxx-xx, com sede na [inserir endereço], neste ato representado por [NOME DO REPRESENTANTE DA PJ], RG nº xxxxx, CPF nº xxx.xxx.xxx-xx, com domicílio na [inserir endereço].

CLÁUSULA 2

Fundamento legal

O presente contrato é oriundo do **Pregão Eletrônico nº nnnn/202X** constante no PAE **nº 2025/2909868** e é regido pela Lei Federal nº 14.133/21, Decreto Estadual nº 2.940/23, Decreto Estadual nº 2.939/2023, Lei Complementar Federal nº 123/06, Lei Estadual nº 8.417/2016 e demais normas aplicáveis e as condições estabelecidas.

CLÁUSULA 3

Objeto

3.1 Contratação de empresa especializada para **prestação de serviços de preparo e fornecimento de alimentação para atender as demandas dos abrigos de idosos vinculados à SEASTER, com a utilização e administração integral das estruturas próprias das cozinhas dos**



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA

abrigo, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos., conforme descrito no Termo de Referência, o qual **ADERE** a este documento para todos os fins.

3.2 Este instrumento se vincula ao edital licitatório citado na Cláusula 2, à proposta do licitante vencedor, e aos anexos desses documentos.

3.3 Os serviços contratados são os seguintes itens descritos no Termo de Referência:

Item	Preço unit	Qtd	Total
1	R\$ 0,00	0	R\$ 0,00
2	R\$ 0,00	0	R\$ 0,00
3	R\$ 0,00	0	R\$ 0,00
4	R\$ 0,00	0	R\$ 0,00
TOTAL			R\$ 0,00

CLÁUSULA 4

Local e hora da prestação do serviço

O local e a hora da prestação dos serviços contratados são aqueles previstos no Termo de Referência.

CLÁUSULA 5

Preço

O valor global do contrato é **R\$ XXXXXXXXXX** e todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes de sua execução estão *inclusas* neste preço, como tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do contrato.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA

CLÁUSULA 6

Dotação orçamentária

As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria do orçamento do Estado do Pará, para o exercício de **[inserir ano da contratação]**, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade	XXXXXXX
Fonte	XXXXXXXXX
Programa de Trabalho	XXXXXXXXXX.
Elemento de Despesa	XXXXXXXXX
Plano Interno	XXXXXXXXXX.

CLÁUSULA 7

Reajuste

7.1 O contrato será reajustado pelo **IGPM**.

7.2 É devido reajuste contratual apenas a cada **12 meses**, a contar de **05/05/2026** (data do orçamento estimado).

7.3 O reajuste se *restringirá* ao valor do *saldo contratual* existente na data em que aquele for devido.

7.4 O reajuste será realizado *de ofício* pelo CONTRATANTE mediante a aplicação do índice de correção monetária mencionado na Cláusula 7.1 na base de cálculo do item 7.3.

7.5 O reajuste será automático e independerá de requerimento do CONTRATADO.

7.6 O reajuste será realizado por *simples apostila*.

7.7 No caso de atraso ou não divulgação do índice do item 7.1, o CONTRATANTE utilizará a sua última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA

7.8 Caso o índice do item 7.1 venha a ser extinto ou não possa mais ser utilizado, as PARTES elegerão novo índice, fixando-o por meio de termo aditivo.

7.9 Não será devido reajuste quando o atraso na entrega do bem for atribuível ao CONTRATADO.

CLÁUSULA 8

Pagamento

8.1 O pagamento será realizado em **30 dias corridos** (inserir o número de dias conforme o Termo de Referência), a contar do recebimento da nota fiscal ou fatura atestada pelo fiscal do contrato.

8.2 O pagamento será efetuado por ordem bancária para conta de titularidade da CONTRATADO, cujos dados são:

Banco Banpará.

Agência XXXX-X.

Conta XXXXXX-X.

8.3 Havendo erro na apresentação da nota fiscal, fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que o CONTRATADO adote as medidas para saneamento das pendências.

8.4 Na hipótese do item 8.3, o prazo para pagamento começará a correr depois da comprovação da regularização da pendência, sem ônus à CONTRATANTE.

8.5 A data do efetivo pagamento será considerada aquela que constar da ordem bancária emitida para quitação da nota fiscal ou fatura.

8.6 A regularidade fiscal do CONTRATADO deve ser verificada pelo CONTRATANTE por ocasião do pagamento por meio de consulta ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) ou, na impossibilidade de acesso a ele, devem ser consultados sítios eletrônicos oficiais ou, ainda, ser solicitada a documentação física listada no art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21.

8.7 A constatação de irregularidade fiscal do CONTRATADO não impede o pagamento do que foi executado, mas constitui falta contratual, a ser sancionada em procedimento de inexecução contratual.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA

8.8 Antes da instauração do procedimento de inexecução contratual a que faz menção o item 8.7, o CONTRATADO deve ser notificado para regularizar a pendência no prazo de **5 dias úteis**. Não sendo regularizada, deve-se instaurar o procedimento de inexecução contratual, ofertando contraditório e ampla defesa ao CONTRATADO.

8.9 A instauração do procedimento de inexecução contratual não impede o pagamento do serviço que já foi prestado.

8.10 Diante da gravidade do caso concreto e para proteger o Erário e o interesse público, a autoridade competente pode decidir pela suspensão do contrato, ocasião em que somente será pago o serviço que já foi prestado.

8.11 Caso ao final do procedimento a que faz menção a parte final do item 8.8 a autoridade decida pela rescisão contratual, o pagamento será sustado automaticamente.

8.12 A inadimplência do CONTRATADO junto ao SICAF é causa de rescisão contratual, exceto se a autoridade máxima do CONTRATANTE justificar a necessidade de manutenção do contrato por motivo de economicidade, segurança estadual ou outro de interesse público de alta relevância.

8.13 O CONTRATANTE efetuará a retenção tributária prevista na legislação aplicável por ocasião do pagamento.

8.14 O CONTRATADO optante do Simples Nacional não sofrerá retenção tributária em relação aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, mas o pagamento ficará condicionado à comprovação, por documento oficial, de que o CONTRATADO é beneficiário do tratamento tributário previsto na Lei Complementar Federal nº 123/06.

CLÁUSULA 9

Garantia de cumprimento contratual

9.1 O CONTRATADO garantirá o cumprimento do contrato mediante a prestação de uma das modalidades de garantia previstas no art. 96, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/21, a sua escolha.

9.2 A garantia corresponderá a **5%** (de acordo com o Termo de Referência) do valor atualizado do contrato.

9.3 A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em conta bancária de titularidade do CONTRATANTE, cujos dados são:



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA

Banco Banpará.

Agência XXXX-X.

Conta XXXXXX-X.

9.4 Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento do CONTRATANTE, o CONTRATADO ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pelo CONTRATANTE.

9.5 No caso de alteração do valor do Contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser atualizada ou renovada nas mesmas condições.

9.6 Se a garantia for utilizada em pagamento de qualquer obrigação, o CONTRATADO fica obrigado a recompor o que tiver sido usado no prazo de **30 dias úteis** (inserir número de dias), a contar de sua notificação.

9.7 O CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação.

9.8 A garantia prestada pelo CONTRATADO será liberada ou restituída após a execução total do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva do CONTRATANTE.

9.9 Quando a garantia for em dinheiro, o valor a ser devolvido, nos termos do item 9.8, será corrigido monetariamente.

CLÁUSULA 10

Obrigações das partes

10.1 O CONTRATANTE tem a obrigação de:

- a.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com este contrato, Termo de Referência e anexos.
- b.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.
- c.** Notificar o CONTRATADO sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido para que ele seja substituído, reparado ou corrigido às suas expensas.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA

- d.** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações do CONTRATADO.
- e.** Efetuar o pagamento do objeto fornecido no prazo, forma e condições aqui estabelecidos.
- f.** Aplicar ao CONTRATADO as sanções decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato.
- g.** Decidir sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados os requerimentos meramente protelatórios, manifestamente impertinentes ou de nenhum interesse à boa execução do ajuste.

10.2 O CONTRATADO tem a obrigação de:

- a.** Cumprir todas as obrigações constantes deste contrato e seus anexos, assumindo exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes de sua execução.
- b.** Aceitar acréscimos ou supressões unilaterais impostos pelo CONTRATANTE de até **25%** do valor atualizado do contrato nas mesmas condições pactuadas inicialmente.
- c.** Manter preposto aceito pelo CONTRATANTE no local da prestação do serviço para o representar na execução do contrato.
- d.** A indicação do preposto do CONTRATADO ou a sua manutenção poderá ser recusada pelo CONTRATANTE mediante justificativa, devendo o CONTRATADO designar outro para o exercício da atividade.
- e.** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior e prestar esclarecimentos ou informações por eles solicitados.
- f.** Alocar os empregados em número compatível para o cumprimento deste contrato e com a habilitação e conhecimento adequados para a execução do serviço, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários para tanto, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações dos órgãos de regulação responsáveis e à legislação aplicável.
- g.** No prazo fixado pelo fiscal do contrato, reparar, corrigir ou refazer às suas expensas o serviço no qual se verificar vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua má execução contratual ou dos materiais empregados.
- h.** Durante a vigência do contrato, não contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA

público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

- i.** Na hipótese do item 8.6, parte final, quando solicitado o CONTRATADO deverá entregar ao CONTRATANTE os seguintes documentos:
 - 1.** Prova de regularidade relativa à Seguridade Social.
 - 2.** Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União.
 - 3.** Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital da sede do CONTRATADO.
 - 4.** Certidão de Regularidade do FGTS.
 - 5.** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.
 - 6.** Nota fiscal atestada pelo fiscal do contrato.
- j.** Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato e obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE.
- k.** Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo de **24 horas**, qualquer ocorrência anormal que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- l.** Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes, a qualquer tempo, o acesso ao local dos trabalhos e aos documentos relativos à execução do serviço.
- m.** Por determinação do CONTRATANTE, paralisar a atividade que não esteja sendo bem executada ou que ponha em risco a segurança das pessoas ou seus bens.
- n.** Durante a vigência do contrato, promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas e tudo o que for necessário à execução do serviço.
- o.** Conduzir os trabalhos observando às normas da legislação aplicável e às determinações dos Poderes Públicos, mantendo o local dos serviços limpo e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA

- p.** Submeter previamente e por escrito ao CONTRATANTE qualquer mudança nos métodos executivos especificados no memorial descritivo ou documento similar para sua análise e aprovação.
- q.** Não permitir:
- 1.** o trabalho de pessoa menor de 16 anos no objeto deste contrato, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 anos; e
 - 2.** a utilização do trabalho da pessoa menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, em qualquer hipótese.
- r.** Manter durante a vigência do contrato todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação, na contratação direta.
- s.** Cumprir durante todo o período de execução do contrato a reserva de cargos para pessoa com deficiência, reabilitado da Previdência Social, aprendiz e outras reservas de cargos previstas na legislação.
- t.** Comprovar o cumprimento da alínea acima no prazo fixado pelo fiscal do contrato, indicando os empregados que preencheram as referidas vagas.
- u.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento do quantitativo de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos do art. 124, II, *d*, da Lei Federal nº 14.133/21.
- v.** Cumprir as normas de segurança do CONTRATANTE, além da legislação vigente em âmbito federal, estadual e municipal.

CLÁUSULA 11

Responsabilidade por danos

- 11.1** A responsabilidade pelos danos causados por ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinado, é exclusivamente do CONTRATADO.
- 11.2** A responsabilidade pelos compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros é exclusivamente sua.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA

11.3 O CONTRATANTE não responderá pelos compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução deste contrato, ou por qualquer dano causado por ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA 12

Infrações e sanções administrativas

12.1 Constituem infrações administrativas do CONTRATADO a serem punidas com as seguintes sanções:

Infração	Penalidade
	Advertência*
a. Dar causa à inexecução parcial do contrato.	* Exceto quando se justificar a imposição de penalidade mais grave, ocasião em que poderá ser aplicada a sanção de <i>"Impedimento de licitar e contratar"</i> .
b. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano ao CONTRATANTE ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.	Impedimento de licitar e contratar*
c. Dar causa à inexecução total do contrato.	
d. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame.	
e. Deixar de manter sua proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.	
f. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.	* Exceto quando se justificar a imposição de penalidade mais grave, ocasião em que poderá ser aplicada a sanção de <i>"Declaração de inidoneidade para licitar e contratar"</i> .
g. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa	Declaração de inidoneidade para licitar e contratar



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA

eletrônica ou execução do contrato.

- h. Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.
- i. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.
- j. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame.
- k. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/13.

12.2 O atraso superior a **30 dias corridos** (inserir o número de dias) autoriza a rescisão do contrato por seu descumprimento, nos termos do art. 137, I, da Lei Federal nº 14.133/21.

12.3 A aplicação das sanções previstas neste contrato *não exclui* a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE.

12.4 As sanções podem ser *cumuladas* com as seguintes multas:

Multa	
Moratória	Compensatória
a. 1% (um por cento) sobre o valor da parcela inadimplida por dia de atraso injustificado até o limite de 30 dias corridos (inserir o número de dias).	30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do seu objeto.
b. 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato por dia de atraso injustificado até o limite de 30 dias corridos (inserir o número de dias) pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.	

12.5 Antes da aplicação das sanções, o CONTRATADO será notificado para apresentar defesa no prazo de **15 dias úteis**, contado de sua intimação.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA

12.6 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor devido ao CONTRATADO, além da perda deste valor, a diferença será descontada da garantia prestada e/ou será cobrada judicialmente.

12.7 Antes do ajuizamento da cobrança, a multa poderá ser recolhida administrativamente em até **15 dias úteis**, a contar do trânsito em julgado da decisão administrativa.

12.8 A aplicação das sanções será precedida de processo administrativo em que seja assegurado o contraditório e a ampla defesa ao CONTRATADO, observando o *rito especial* previsto no art. 158 da Lei Federal nº 14.133/21 para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.9 A aplicação das sanções deve observar:

- a.** A natureza e gravidade da infração.
- b.** As peculiaridades do caso.
- c.** As circunstâncias agravantes e/ou atenuantes.
- d.** Os danos causados ao CONTRATANTE.
- e.** A implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.10 As infrações administrativas tipificadas como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846/13 serão apuradas e julgadas em conjunto com as infrações previstas neste contrato, nos mesmos autos.

12.11 A personalidade jurídica do CONTRATADO poderá ser desconsiderada quando for utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o CONTRATADO, observados o contraditório, ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

12.12 No prazo de **15 dias úteis**, a contar da data de aplicação da sanção, o CONTRATANTE informará e manterá atualizados os dados relativos às sanções aplicadas por ela, para publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA

12.13 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação, na forma do art. 163 da Lei Federal nº 14.133/21.

CLÁUSULA 13

Alterações do contrato

13.1 As alterações contratuais serão disciplinadas pelo art. 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/21.

13.2 Caso haja interesse público, o CONTRATANTE pode alterar unilateralmente o contrato para impor acréscimos ou supressões de até **25%** do valor atualizado do contrato, mantidas as mesmas condições pactuadas inicialmente.

13.3 As PARTES podem acordar suprimir o objeto do contrato em percentual superior a 25% do valor inicial atualizado do contrato.

13.4 Os acréscimos ou supressões não podem transfigurar o objeto da contratação.

13.5 Registros que não caracterizem alteração do contrato podem ser realizados por *simples apostila*, dispensada a celebração de termo aditivo, conforme art. 136 da Lei Federal nº 14.133/21.

CLÁUSULA 14

Rescisão Contratual

14.1 O presente Contrato poderá ser rescindido nas formas admitidas na Lei nº 14.133/2021.

14.2 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

14.3 Se a não conclusão do contrato decorrer de culpa do CONTRATADO, ele ficará constituído em mora, devendo ser instaurado procedimento de inexecução contratual para a aplicação das sanções administrativas cabíveis.

14.4 Na hipótese do item 14.3, o CONTRATANTE poderá optar, ainda, pela rescisão do contrato e adotar as medidas previstas em lei para a continuidade da execução do objeto.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA

CLÁUSULA 15

Fiscalização

15.1. O cumprimento do contrato será fiscalizado pelo servidor **NOME DO SERVIDOR**, CPF nº xxx.xxx.xxx-xx, matrícula nº nnnn, lotado no [inserir setor], e pelo Gestor do Contrato **NOME DO SERVIDOR**, CPF nº xxx.xxx.xxx-xx, matrícula nº nnnn, lotado no [inserir setor], conforme ato a ser publicado no Diário Oficial do Estado.

15.2. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

15.3. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, pelo fiscal, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, conforme inciso I, alínea "a", do art. 140, da Lei nº 14.133/2021, observado o Decreto Estadual nº 3.813/2024.

CLÁUSULA 16

Interpretação

As dúvidas interpretativas sobre as cláusulas deste contrato deverão ser suscitadas ao CONTRATANTE e serão decididas por ele, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/21, seus regulamentos, Lei Estadual nº 8.972/20 e observando a jurisprudência dos Tribunais sobre o assunto.

CLÁUSULA 17

Tratamento adequado dos conflitos de interesse

Observado o disposto na Cláusula 16, permanecendo o conflito de interesse, as PARTES se comprometem a submeter a disputa *preferencialmente* à CÂMARA DE NEGOCIAÇÃO, CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL para dirimir os conflitos decorrentes deste contrato de maneira consensual, conforme Lei Complementar Estadual nº 121/19.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA

CLÁUSULA 18

Divulgação e publicação

18.1 O CONTRATANTE divulgará este contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) em até **20 dias úteis** e o publicará no Diário Oficial do Estado em forma de extrato, no prazo de **10 dias úteis**.

18.2 Os prazos contidos no item 18.1 são contados da data da assinatura do contrato.

CLÁUSULA 19

Vigência

19.1 O prazo de vigência desta contratação é de 12 (doze) meses, contado da data de assinatura contratual, podendo ser prorrogado, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

19.2 Antes da prorrogação da vigência do contrato, o CONTRATANTE deverá verificar a regularidade fiscal do CONTRATADO, consultar o CEIS e o CNEP, emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.

CLÁUSULA 20

Foro

As PARTES elegem o foro da Comarca de Belém-PA para resolver os litígios oriundos deste contrato, observado o disposto na Cláusula 17.

Cidade (PA), 28 de maio de 2026.

NOME DO TITULAR

Cargo

Contratante

NOME DO CONTRATADO

Nome do representante, se não for PF

Contratado



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA

NOME DA TESTEMUNHA

RG: xxxxxxxx PC/UF

CPF: xxx.xxx.xxx-xx

Testemunha

NOME DA TESTEMUNHA

RG: xxxxxxxx PC/UF

CPF: xxx.xxx.xxx-xx

Testemunha